COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO — METRÔ

CNPJ nº 62.070.362/0001-06

Secretaria dos Transportes Metropolitanos — SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O Metrô de São Paulo encerra o ano de 2022 expandindo fronteiras. A empresa que ao longo do tempo se tornou um dos símbolos de São Paulo, consolida-se como referência da engenharia e do transporte público, ao participar da implantação de um sistema de monotrilho na República Dominicana.

Monotrilho que, por sinal, é inovador no Brasil. E quando falamos em inovação, logo pode-se pensar no Metrô, que hoje opera o monotrilho da Linha 15-Prata, e segue incentivando a tecnologia, inclusive com um recém-aberto hub no Parque Tecnológico de São José de Campos, ampliando a interação neste nicho e buscando soluções sustentáveis aos desafios futuros.

Os limites da imensa capital paulista já estão prestes a serem superados pela Companhia, que avança nas desapropriações para as obras da Linha 2-Verde até Guarulhos, bem como nos projetos das linhas 19-Celeste, também rumo a Guarulhos, e 20-Rosa que vai conectar os municípios de São Bernardo e Santo André a São Paulo. Nessas duas últimas, de forma inovadora começamos neste ano estudos para a atração de capital e geração de novas receitas, além da proposição de um modelo econômico e novas formas de financiamento.

A carteira de projetos também ganha uma nova opção, com o início da contratação dos estudos da Linha 16-Violeta. Ainda em 2022, os canteiros da ampliação da Linha 2-Verde, uma das grandes obras de infraestrutura do país, tiveram mudanças significativas com o progresso dos trabalhos. Na Linha 15-Prata, a construção de duas novas estações foi iniciada e a via da Linha 17-Ouro está prestes a ser concluída. Estes investimentos somaram mais de R$ 2,3 bilhões em 2022.

A operação das nossas linhas teve saltos tecnológicos que vão melhorar o serviço ao passageiro. Avançamos na colocação de portas de plataformas nas estações de grande movimento e iniciamos o funcionamento do moderno sistema de câmeras com inteligência artificial na Linha 3-Vermelha que vai ampliar a segurança. Nesse tema, também firmamos convênio com a Polícia Militar para reforçar a vigilância das estações.

O investimento na modernização dos processos de manutenção ganhou forma na figura do novo Centro de Controle da Manutenção, inaugurado neste ano e que começa a usar dos recursos de inteligência artificial para monitoramento dos ativos da operação, antecipando problemas e atuando de forma mais assertiva, ganhando também em economia.

O Metrô se moderniza estruturado em um plano estratégico e atento à cultura ASGI (Ambiental, Social, Governança e Integridade). Sua constante preocupação na melhoria do serviço, aliado às boas práticas corporativas e de governança geram reconhecimento. Neste ano, a empresa foi eleita pela Folha de S. Paulo pela sexta vez consecutiva o melhor serviço público paulista, além de ter ganho o prêmio de melhor relatório integrado na categoria empresa fechada da Abrasca. Também foi premiada no CX Summit, pelo desenvolvimento do projeto Jornada do Passageiro, que identifica as necessidades do passageiro e ações de melhorias.

Como se vê, os rumos do Metrô estão muito bem traçados e os resultados de 2022 mostram que a empresa percorre o caminho certo!

Desempenho econômico-financeiro

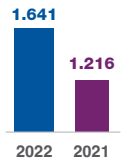
O Metrô de São Paulo reportou, no período, prejuízo de R$ 1,167 bilhão, ante R$ 759 milhões em 2021, aumento de 53,8% em relação ao período comparativo.

A receita operacional líquida foi de R$ 2,164 bilhões no acumulado de 2022, aumento de 40,1%, comparado a 2021 que alcançou R$ 1,545 bilhão.

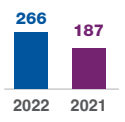
O principal fator para o aumento na receita operacional líquida foi a recuperação do volume de passageiros transportados no período.

A receita não tarifária também apresentou aumento no período comparativo com 2021, alcançando R$ 266 milhões em 2022, ante R$ 187 milhões em 2021, devido a retomada total das atividades comerciais após as restrições impostas pela pandemia da COVID-19.

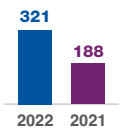
Receita tarifária
Em milhões de R$



Receita não tarifária
Em milhões de R$



Receita com gratuidades
Em milhões de R$



Os custos e despesas sofreram um aumento de 14,5% em pessoal, alcançando R$ 1.770 milhões ante R$ 1.546 milhões em 2021, motivado principalmente pelo dissídio coletivo de 12,26% aplicado a partir de maio/22, muito embora tenha ocorrido o desligamento de forma gradual de 365 empregados do PDI ao longo de 2022. Adicionalmente, houve o provisionamento de processos judiciais no montante de R$ 165 milhões e, um aumento nas despesas financeiras de R$ 53 milhões devido à emissão de debêntures de 25 de abril de 2022, no montante de R$ 400 milhões.

A principal fonte de recursos da Companhia proveniente da atividade operacional é a prestação de serviço de transporte de passageiros, composta por receita tarifária e ressarcimento de gratuidade. Esta representou 88% da receita operacional bruta de 2022.

Passageiros transportados no sistema de transporte na RMSP 2022 e 2021 [1]

	Passageiros 2022 (milhões)	(%)	Passageiros 2021 (milhões)	(%)
Transporte sobre trilhos	**1.745,1**	**35,7**	**1.330,8**	**33,9**
Metrô de São Paulo	794,2	16,3	576,4	14,7
ViaQuatro[2]	166,8	3,4	110,9	2,8
ViaMobilidade Linha 5[2]	143,2	2,9	109,7	2,8
ViaMobilidade Linhas 8 e 9[3]	199,5	4,1	–	–
Trem Metropolitano - CPTM[3]	441,4	9	533,8	13,6
Transporte sobre pneus	**3.133**	**64,3**	**2.581,7**	**66,1**
Ônibus Municipal - SPTRANS[4]	2.048,9	42	1.672,9	42,8
Ônibus Intermunicipal - EMTU[5]	401,7	8,3	336,8	8,7
Aeroporto e Corredor (Trólebus e Diesel)	68,2	1,4	57	1,5
Empresas particulares (serviço comum e seletivo)	333,5	6,9	279,8	7,2
Ônibus - Outros Municípios[6]	682,4	14	572	14,6
Total de Transportes	**4.878,1**	**100**	**3.912,5**	**100**

[1] Inclui transferência e gratuitos. Não inclui ônibus escolar e fretamento.
[2] Fonte: CMCP - Comissão de Monitoramento das Concessões e Permissões.
[3] Fonte: STM - Secretaria dos Transportes Metropolitanos do Estado de São Paulo - dados estimados de Dez/22 (CPTM).
[4] Fonte: SPTRANS - São Paulo Transportes S.A.
[5] Fonte: EMTU - Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - dados estimados de Nov e Dez/22.
[6] Estimativa com base nas viagens dos demais municípios na RMSP, em relação às viagens intermunicipais apontadas na Pesquisa Origem Destino 2017.

Rede Metroviária

	2022	2021
Rede Metroviária (Metrô de São Paulo, Via Quatro e Via Mobilidade)		
km de extensão	104,2	104,2
nº de estações	91	91
nº de linhas	6	6
Linhas Operadas pelo Metrô de São Paulo		
km de extensão	71,4	71,4
nº de estações	63	63
nº de linhas	4	4
Passageiros Transportados pelo Metrô de São Paulo		
Média nos dias úteis (milhão)	2,6	1,9
Total anual (bilhão)	0,79	0,58

Estratégia de longo prazo

Para cumprir a missão de "Conectar pessoas e lugares por meio de uma rede de mobilidade sustentável gerando qualidade de vida", a Companhia estabeleceu sua estratégia de Longo Prazo 2023-2027 e Plano de Negócios 2023, que constituem em iniciativas e ações da Companhia para concretizar a visão de futuro de "Ser referência em planejamento, implantação e operação de transporte público".

Os valores que norteiam o Plano de Negócio de 2023-2027 estão demonstrados a seguir:

Valores

Respeito e Diversidade
Incentivar a cordialidade, a atenção e o respeito entre todas as pessoas.

Confiança e Gentileza
Cuidar das pessoas com prontidão e cortesia visando atender às necessidades específicas e ao bem comum.

Inovação e Orgulho de pertencer
Aprimorar continuamente as práticas, os processoe e os projetos, visando a satisfação dos passageiros e dos empregados e o atendimento às expectativas das partes interessadas.

Sustentabilidade
Expandir continuamente a rede metroviária, com foco em aspectos ambientais, sociais, econômicos e urbanos de forma a potencializar os benefícios diretos e indiretos gerados e garantir a perenidade da empresa.

Segurança e Responsividade
Oferecer serviço de transporte de fácil compreensão, em instalações que garantam segurança física, operacional e ocupacional adequadas e com alto grau de previsibilidade, respondendo com agilidade às demandas e ocorrências.

Integridade e Transparência
Agir com imparcialidade, isenção, lisura e justiça no trato do bem público e das pessoas, fornecendo orientações e informações claras e precisas.

Os temas percebidos como mais importantes para o Metrô foram traduzidos em objetivos estratégicos e foram inseridos no novo Mapa Estratégico. Cada objetivo estratégico possui meta para os próximos 5 anos, que é medido por meio de um indicador que traduz se as ações da Companhia estão sendo efetivas para que a visão do Metrô se concretize.

1) Perspectiva Sustentabilidade Financeira, Social e Ambiental
- Aumentar as receitas tarifárias
- Aumentar as receitas não tarifárias
- Executar o orçamento de investimento para expansão e modernização
- Ampliar os benefícios socioambientais

2) Perspectiva Mercado e Sociedade
- Oferecer um serviço competitivo alinhado às expectativas dos passageiros
- Implantar e gerir negócios
- Expandir a rede metroviária

3) Perspectiva Processos Internos
- Melhorar o desempenho, a eficiência e a segurança operacional
- Aumentar a produtividade
- Reduzir os custos e as despesas
- Assegurar a comunicação e o relacionamento com as partes interessadas

4) Perspectiva Aprendizagem e Crescimento
- Promover a inovação com foco em eficiência e ganho de escala
- Aperfeiçoar a gestão de pessoas e equipes para atender às demandas internas e externas
- Promover a gestão do conhecimento
- Promover a diversidade

Nosso programa de investimento prevê as seguintes ações, segregadas por linha:

A companhia espera investir mais de R$ 4,6 bilhões de reais ao longo de 2023 e contará com recursos do seu acionista principal por meio da Lei Orçamentária Anual nº 17.614 de 26 de dezembro de 2022.

Os maiores volumes de investimentos previstos são na expansão nos seguintes projetos:
- Linha 2 - Verde, com previsão de investimentos em 2023 de R$ 2,5 bilhões;
- Linha 17 - Ouro, com investimentos previstos de R$ 1,2 bilhões; e
- Linha 15 - Prata com investimentos previstos de R$ 0,5 bilhão.

Relacionamento com Auditores Externos

A auditoria de nossas demonstrações financeiras e a revisão das informações trimestrais são realizadas por auditores externos independentes, visando garantir a confiabilidade dos dados apresentados pela Companhia do Metropolitano de São Paulo, respeitando os princípios que preservam a independência destes profissionais, a saber: i) não auditar seu próprio trabalho; ii) não exercer funções gerenciais; iii) não advogar pelo seu cliente.

O Comitê de Auditoria, em linha com nosso Estatuto Social, é responsável pela avaliação das diretrizes que orientam a contratação e a prestação de serviços dos auditores externos. Também cabe ao Comitê recomendar ao Conselho de Administração a contratação e a destituição da auditoria externa, além do dever de se manifestar antes da contratação de outros serviços prestados por ela, ou por empresas vinculadas a ela, que não caracterizem atividades da sua alçada. Em 2022, a Mazars Auditores Independentes prestou serviço de auditoria a Companhia, e o montante total pago pelos serviços de auditoria de demonstrações financeiras no exercício de 2022 foi de aproximadamente R$ 109.

A Mazars Auditores Independentes não prestou, durante o período de atuação na Companhia, serviços não relacionados à auditoria externa.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanços patrimoniais

Ativo	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	**362.566**	197.483
Títulos e valores mobiliários		**5.825**	6.081
Contas a receber	5	**149.344**	199.076
Estoques	6	**234.214**	238.362
Tributos a recuperar		**3.549**	19.387
Outros ativos		**26.049**	29.077
		781.547	689.466
Ativos mantidos para venda	7	**12.015**	22.982
		793.562	712.448
Não circulante			
Contas a receber	5	**8.241**	6.169
Caixa restrito	8	**27.567**	–
Depósitos judiciais	9	**250.972**	172.646
Outros ativos		**31.126**	–
Investimentos		**14.464**	14.465
Imobilizado	10	**37.702.973**	36.148.442
Intangível	11	**34.826**	29.090
		38.070.169	36.370.812
Total do ativo		**38.863.731**	37.083.260

Passivo	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Fornecedores	13	**473.132**	327.816
Debêntures	14	**29.999**	–
Impostos e contribuições a recolher	15	**63.075**	57.452
Remunerações e encargos a pagar	16	**198.838**	256.476
Adiantamento de clientes	17	**418.346**	499.762
Partes relacionadas	18	**27.940**	93.701
Outras contas e despesas a pagar		**5.078**	3.981
		1.216.408	1.239.188
Não circulante			
Debêntures	14	**374.938**	–
Impostos e contribuições a recolher	15	**88.323**	45.858
Remunerações e encargos a pagar	16	**325**	4.347
Adiantamento de clientes	17	**143.953**	136.726
Plano de previdência suplementar	19.2	**9.196**	78.556
Provisão para processos judiciais	20	**1.501.750**	1.336.404
Partes relacionadas	18	**218.913**	222.788
Outras contas e despesas a pagar		**3.471**	3.471
		2.340.869	1.828.150
Patrimônio líquido			
Capital social	21.2	**45.690.396**	43.307.459
Ações em tesouraria		**(16)**	(16)
Ajustes de avaliação patrimonial		**152.858**	78.116
Prejuízos acumulados		**(10.536.784)**	(9.369.637)
		35.306.454	34.015.922
Total do passivo e patrimônio líquido		**38.863.731**	37.083.260

Demonstrações de resultados

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	22	**2.164.379**	1.545.013
Custo dos serviços prestados	23	**(2.421.743)**	(2.320.576)
Prejuízo bruto		**(257.364)**	(775.563)
Receitas (despesas) operacionais	23		
Despesas com vendas		**(27.397)**	(42.905)
Despesas gerais e administrativas		**(997.613)**	(541.671)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		**144.285**	608.863
		(880.725)	24.287
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		**(1.138.089)**	(751.276)
Resultado financeiro, líquido	24		
Receitas financeiras		**34.523**	15.012
Despesas financeiras		**(71.296)**	(18.513)
Variações monetárias e cambiais, líquidas		**7.715**	(4.628)
		(29.058)	(8.129)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		**(1.167.147)**	(759.405)
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente		**–**	–
Prejuízo do exercício		**(1.167.147)**	(759.405)
Prejuízo do exercício por ação (em R$)			
Básico - ON	26.1	**(137,90)**	(95,99)

Demonstrações dos resultados abrangentes

	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo do exercício	**(1.167.147)**	(759.405)
Valor justo sobre títulos e valores mobiliários	**(256)**	(2.536)
Ganho atuarial	**74.998**	155.720
Total do resultado abrangente	**(1.092.405)**	(606.221)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	41.726.180	(16)	(75.068)	(8.610.232)	**33.040.864**
Prejuízo do exercício	–	–	–	(759.405)	**(759.405)**
Valor justo sobre títulos e valores mobiliários	–	–	(2.536)	–	**(2.536)**
Ganho atuarial	–	–	155.720	–	**155.720**
Integralização de capital	1.581.279	–	–	–	**1.581.279**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	43.307.459	(16)	78.116	(9.369.637)	**34.015.922**
Prejuízo do exercício	–	–	–	(1.167.147)	**(1.167.147)**
Valor justo de títulos e valores mobiliários	–	–	(256)	–	**(256)**
Ganho atuarial	–	–	74.998	–	**74.998**
Integralização de capital	2.382.937	–	–	–	**2.382.937**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	45.690.396	(16)	152.858	(10.536.784)	**35.306.454**

Demonstrações dos fluxos de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	**(1.167.147)**	(759.405)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	**741.157**	677.854
Resultado na venda de investimentos	**(124.328)**	(137.847)
Baixa de ativos imobilizados e intangíveis	**141**	79.084
Juros sobre debêntures	**47.910**	–
Juros sobre passivo atuarial	**5.638**	15.861
Provisão e atualizações para contencioso judicial e administrativo, líquida	**165.346**	(53.526)
Constituição de perda de crédito esperada	**24.812**	26.442
Redução ao valor recuperável de ativos	**–**	58.888
Provisão para perda obsolescência de estoque, líquida	**(222)**	3.673
Resultado líquido ajustado	**(306.693)**	(88.976)
Variação nos ativos operacionais		
Contas a receber	**22.848**	(73.024)
Estoques	**4.370**	(11.402)
Tributos a recuperar	**15.838**	7.893
Depósitos judiciais	**(78.326)**	4.508
Outros ativos	**(28.098)**	3.231
Variação nos passivos operacionais		
Fornecedores	**162.499**	(86.032)
Remunerações e encargos a pagar	**(61.660)**	(8.572)
Impostos e contribuições a recolher	**48.088**	48.684
Adiantamento de clientes	**(74.189)**	39.166
Partes relacionadas	**(69.636)**	64.356
Outras contas e despesas a pagar	**1.097**	3.646
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**(363.862)**	(96.522)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	**(2.322.438)**	(1.619.610)
Aquisição de intangível	**(30.006)**	(15.460)
Alienação de ativos	**168.991**	160.476
Caixa restrito	**(27.567)**	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(2.211.020)**	(1.474.594)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de capital	**2.382.937**	1.581.279
Debêntures, líquidos de custo de captação	**390.979**	–
Pagamento de juros sobre debêntures	**(33.951)**	–
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	**2.739.965**	1.581.279
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	**165.083**	10.163
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**197.483**	187.320
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**362.566**	197.483
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	**165.083**	10.163
Transações que não afetaram o caixa		
Redução de fornecedores, em decorrência da extinção da obrigação com fornecedor através de ajuste no custo do imobilizado operacional.	**17.183**	

Demonstrações dos valores adicionados

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas		
Receita de prestação de serviços e outras	**2.228.644**	1.591.202
Outras receitas	**159.934**	92.655
Constituição/(reversão) de perda de crédito esperada, líquida	**(19.984)**	(25.995)
	2.368.594	1.657.862
Insumos adquiridos de terceiros		
Matérias-primas consumidas		
Custos dos serviços prestados	**(401.318)**	(360.748)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**(462.994)**	(229.300)
Perdas com ativos	**(5.387)**	(9.006)
	(869.699)	(599.054)
Valor adicionado bruto	**1.498.895**	1.058.808
Depreciação e amortização	**(741.157)**	(677.854)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**757.738**	380.954
Valor adicionado recebido em transferência		
Juros, lucros e dividendos sobre ações	**281**	269
Receitas financeiras	**46.807**	19.483
Receitas de subvenção	**–**	559.170
	47.088	578.922

	31/12/2022	31/12/2021
Valor adicionado total a distribuir	**804.826**	959.876
Pessoal		
Remuneração direta	**1.117.312**	1.026.440
Benefícios	**308.057**	272.694
F.G.T.S.	**111.302**	96.755
Outros	**159.767**	121.210
	1.696.438	1.517.099
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	**188.242**	143.694
Estaduais	**67**	70
Municipais	**(211)**	24.781
	188.098	168.545
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros e variações monetárias	**66.526**	10.565
Aluguéis	**20.911**	23.072
	87.437	33.637
Remuneração de capitais próprios		
Prejuízo do exercício	**(1.167.147)**	(759.405)
	(1.167.147)	(759.405)
Valor adicionado total distribuído	**804.826**	959.876

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia do Metropolitano de São Paulo ("Companhia" ou "Metrô"), é uma empresa pública com sede social em São Paulo - SP na Rua Boa Vista, nº 175, Bloco B, 7º andar, que tem como acionista controlador o Governo do Estado de São Paulo - GESP, com 97,60% das ações ordinárias. A Companhia obteve em 6 de janeiro de 2023, o registro de Companhia Aberta - Categoria B, de acordo com a Resolução nº 80 da Comissão de Valores Mobiliários "CVM". Nesta condição, a Companhia está autorizada apenas a emitir títulos de valores mobiliários, não podendo negociar suas ações em Bolsa de Valores.

A Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos - STM, órgão do GESP, é responsável pelo planejamento e execução da política de transporte urbano de passageiros da região metropolitana de São Paulo. A Companhia tem por objeto social, essencialmente:

- Operação comercial de prestação de serviço de transporte metroviário de passageiros;
- Planejamento de redes metroviárias e de transportes para a região metropolitana de São Paulo - RMSP;
- A construção e implementação de novos empreendimentos e sistemas metroferroviários;
- A exploração comercial de negócios adjacentes através dos espaços e ativos metroviários;
- Prestação de serviços e consultoria especializada em tecnologia.

O Metrô possui atualmente 4 (quatro) linhas comerciais em operação na cidade de São Paulo, sendo a Linha 1 - Azul (Jabaquara - Tucuruvi), Linha 2 - Verde (Vila Madalena - Vila Prudente), Linha 3 - Vermelha (Corinthians-Itaquera - Palmeiras-Barra Funda) e Linha 15 - Prata (Vila Prudente - Jardim Colonial). Estas linhas

O Relatório Integrado 2022 da Companhia do Metrô encontra-se disponível em: **http://www.metro.sp.gov.br/metro/institucional/pdf/relatorio-integrado-2022.pdf**

continua

Assinado por EMPRESA FOLHA DA MANHA S A:60579703000148 em 11/04/2023 14:55:10 com o número de série 61853EF56F3FC8EF.

ITI Instituto Nacional de Tecnologia da Informação

http://publicidadelegal.folha.uol.com.br/documento/25675

ICP Brasil

COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO | METRÔ

CNPJ nº 62.070.362/0001-06

Secretaria dos Transportes Metropolitanos | SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

operam de forma integradas e, conjuntamente, cobrem 71,4 quilômetros de extensão (não auditado) e transportaram a média de 2,61 milhões de passageiros (não auditado) nos dias úteis em 2022.

As principais obras em execução são: a extensão da Linha 2 - Verde (trecho Orfanato - Penha), a extensão da Linha 15 - Prata (trecho Ipiranga - Jacu-Pêssego incluindo Pátio Ragueb Chohfi) e a Linha 17 - Ouro (trecho Jd. Aeroporto - Congonhas - Morumbi (CPTM) e Pátio Água Espraiada), no sistema de transporte em monotrilhos.

Linha 4 - Amarela: encontra-se em concessão à iniciativa privada, Consórcio ViaQuatro, o trecho Vila Sônia - Luz pelo prazo de 30 anos, com previsão de término em 21 de junho de 2040. A Linha 4 - Amarela faz integração com a Linha 1 - Azul na Estação Luz, com a Linha 2 - Verde na estação Paulista e com Linha 3 - Vermelha na estação República.

Linha 5 - Lilás: encontra-se em concessão à iniciativa privada, Consórcio ViaMobilidade, o trecho Capão Redondo - Chácara Klabin pelo prazo de 20 anos, com término em 4 de agosto de 2038. A Linha 5 - Lilás faz integração com a Linha 1 - Azul na Estação Santa Cruz e com a Linha 2 - Verde na estação Chácara Klabin, e fará integração com a futura Linha 17 - Ouro (sistema monotrilho) na estação Campo Belo. Após concluídas todas as integrações, a demanda estimada da Linha 5 - Lilás deverá ficar entre 548 e 584 mil passageiros por dia útil, em operação comercial regular.

Linha 6 - Laranja: neste modelo, tanto a construção quanto a operação foram concedidas à iniciativa privada pelo GESP. O projeto prevê a ligação entre o bairro de Vila Brasilândia e a estação São Joaquim, já existente na Linha 1-Azul. O prazo de concessão será de 19 anos após a conclusão das obras.

Entre os principais eventos ocorridos em 2022, destacamos:

i) Apoio às linhas concedidas

Em 31 de dezembro de 2022, o Governo do Estado de São Paulo - GESP aportou recursos financeiros, por meio da Lei nº 17.498 de 29/12/2021, do Decreto nº 67.021 de 04/08/2022, Decreto nº 67.072 de 26/08/2022 e do Decreto nº 67.163 de 17/10/2022 no montante de R$ 840.851, sendo R$ 155.141 referente à apuração de 2021, e 685.710 referente à apuração do período de janeiro a novembro de 2022, como apoio às Parcerias Público-Privadas - PPP, a fim de cobrir os montantes de perdas financeiras geradas devido ao impacto das concessões no sistema de arrecadação.

ii) Impactos financeiros gerados pela pandemia da COVID-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde "OMS" declarou situação de pandemia mundial em decorrência da velocidade de propagação da contaminação pelo novo coronavírus ("COVID-19"), causando forte impacto financeiro na Companhia em razão da redução do volume de passageiros transportados, afetando diretamente as receitas tarifária e assessória auferidas nos anos de 2020 e de 2021.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, mesmo com a retomada total das atividades econômicas na Região Metropolitana de São Paulo, a demanda não foi recuperada ao patamar anterior à pandemia, uma vez que as mudanças nos hábitos de vida, tais como a adoção do modelo híbrido de trabalho, a migração para o modelo virtual de aprendizagem e o crescimento do uso do transporte individual foram incorporadas por uma parcela significativa da população.

Desta forma, os reflexos da pandemia permanecem afetando o volume de passageiros transportados, com reflexo direto na receita operacional da Companhia. A receita operacional líquida foi de R$ 2,164 bilhões no acumulado de 2022, aumento de 40,1% comparado a 2021, que alcançou R$ 1,545 bilhão. Quando comparado com o período pré-pandemia findo em 31 de dezembro de 2019, ainda apura-se uma redução de 23%.

Para fazer frente ao cenário que está se delineando, a Companhia executou medidas com vistas a promover o equilíbrio econômico-financeiro, das quais se destacam:

- Atuação com foco no corte de despesas e na renegociação de contratos de determinados serviços;
- Adoção do teletrabalho permanente para alguns setores administrativos e a entrega de imóveis corporativos, bem como a venda de imóveis com finalidade administrativa;
- Intensificação das ações que visam o incremento de receitas não tarifárias.
- Plano de Demissão Incentivada (PDI), cuja execução já foi iniciada e deve ocorrer ao longo de 2023, com estimativa de redução do quadro de colaboradores em até 10%, e desembolso total estimado em R$ 248.005;
- Captação de recursos financeiros por meio de emissão de debêntures, conforme nota explicativa nº 14.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R$ 422.846, apurou prejuízo de R$ 1.167.147 e fluxo de caixa operacional negativo de R$ 363.862. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R$ 526.741, apurou prejuízo de R$ 759.405 e fluxo de caixa operacional negativo de R$ 96.522.

1.1 Contexto societário

i) Aporte de capital

Em 31 de dezembro de 2022, foi concluído o ciclo de aportes de capital em moeda de 2022 pelo GESP, sendo subscritos e integralizados R$ 2.382.937 (R$ 1.581.279 em dezembro de 2021). Os montantes aportados na Companhia são destinados exclusivamente para o financiamento das obras de expansão das linhas em operação.

Denúncias envolvendo o Metrô - Cartel do setor Metroferroviário e Empreiteiras (Operação Lava Jato)

i) Cartel do setor Metroferroviário:

Em 2013, a Procuradoria Geral do Estado, o Metrô e a CPTM propuseram ação judicial contra seis empresas em busca de indenizações decorrentes da prática de cartel na aquisição de trens e sistemas, baseados no acordo de leniência feito pela empresa Siemens junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE.

O acordo mencionava uma atuação das empresas do setor metroferroviário no mundo, para coordenadamente burlarem a competitividade de mercado, entre 1998 e 2009, e dentre os atingidos foram citados os contratos de aquisição de trens da CPTM para a Linha 5 - Lilás e um contrato do Metrô para fornecimento de sistema para a Linha 2 - Verde.

A referida ação está em fase inicial, aguardando as citações de todas as empresas demandadas para apresentação de respostas.

Em 10 de julho de 2019, foi proferida decisão pelo CADE condenando empresas pela formação de cartel e apresentados recursos em face da decisão proferida. Houve interposição de recursos de Embargos de Declaração com efeito suspensivo; após análise os recursos foram rejeitados parcialmente. Em 22 de dezembro de 2020 houve o trânsito em julgado do caso perante o CADE.

Diante do curso do processo, a Companhia analisa eventuais reflexos e perdas em seu patrimônio líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, sendo que há expectativa de êxito à Companhia para ressarcimento dos eventuais prejuízos decorrentes da conduta das empresas envolvidas, uma vez que os contratos tidos por irregulares estão incluídos na ação judicial supracitada.

ii) Cartel de Empreiteiras - Operação Lava Jato:

Em 2017, o CADE instaurou processo administrativo para apurar a formação de cartel por empreiteiras que atuaram em licitações públicas, incluindo obras de metrô em sete Estados (São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul) e no Distrito Federal.

A apuração tramita perante autarquia federal e se vale de informações obtidas por meio de acordo de leniência firmado junto àquele Conselho pela construtora Camargo Corrêa e pelo Ministério Público Federal - MPF, tendo a investigação recebido contribuições de desdobramentos da 23ª fase da Operação Lava Jato.

O suposto esquema envolvia cinco empresas principais ("G-5"): Construções e Comércio Camargo Correa S.A.; Construtora Andrade Gutierrez S.A.; Construtora Norberto Odebrecht S.A.; Construtora OAS S.A.; Construtora Queiroz Galvão S.A. com autorização para operar o equipamento "Shield", comumente conhecido como "Tatuzão", utilizado para projetos de construção de túneis metroviários, entre 1998 e 2014. Tais empresas teriam se organizado para se tornarem vencedoras de certames licitatórios, evitando descontos nas licitações e burlando a competitividade, com suposto envolvimento de agentes públicos. O relato dos signatários do Acordo de Leniência indica a concretização de acordos anticompetitivos para as obras das linhas 2 - Verde (Concorrência nº 40208212) e 5 - Lilás do Metrô (Concorrência nº 41428212).

Há uma ação civil pública de improbidade administrativa proposta pelo Ministério Público Estadual, em 2011, que foi julgada procedente em 1º grau e confirmada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Ainda são cabíveis recursos pelas empresas. A condenação imposta às contratadas das obras civis da Linha 5 - Lilás, ainda não transitada em julgado, foi no percentual de 17% do valor de cada contrato.

Em janeiro de 2021, a Companhia do Metrô, deu início a um cumprimento provisório do julgado em face das empresas Construtora Andrade Gutierrez S.A., Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A., Construtora Norberto Odebrecht Brasil S.A; Construtora Queiroz Galvão S.A. e Construtora OAS Ltda., no valor de R$ 1.502.903, conforme condenação do julgado. A execução, contudo, foi suspensa em 10 de fevereiro de 2021 por decisão do Superior Tribunal de Justiça. No estágio atual, aguarda-se o julgamento dos recursos interpostos pelas empreiteiras no Superior Tribunal de Justiça e no Supremo Tribunal Federal.

iii) Impactos decorrentes de delação premiada - Operação Lava Jato

Durante o terceiro trimestre de 2019, a Companhia tomou conhecimento de que o ex-diretor Sérgio Correia Brasil, firmou acordo de delação premiada junto à Justiça Federal na operação Lava Jato para prestar esclarecimentos sobre fatos ocorridos durante os períodos de licitação e construção das linhas 2 - Verde, 5 - Lilás e 6 - Laranja. Segundo o delator, os episódios envolvendo o pagamento de propina teriam ocorrido entre 2004 e 2014. Embora Sérgio Correia Brasil tenha negociado o pagamento de aproximadamente R$ 6.600 a título de ressarcimento aos cofres públicos, devido ao fato de o processo tramitar em segredo de justiça, a Companhia ainda não possui elementos materiais que possam ser utilizados como base para qualquer avaliação sobre os impactos decorrentes de eventuais perdas a serem refletidas nas Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Houve discussão sobre a competência entre a Justiça Federal e a Justiça Estadual para julgar as ações penais nº 0107992-40.2018.8.26.0050 e 0033961-49.2018.8.26.0050 que tramitavam na esfera Estadual, nas quais o Sr. Sérgio Correa Brasil é réu, tendo sido declarada a competência da Justiça Federal.

O processo nº 0005803-30.2017.4.03.6181, em curso perante a 3ª Vara Criminal Federal, originado por denúncia do Ministério Público Federal contra 14 (quatorze) réus, entre eles o Sr. Sergio Correa Brasil, tendo por objeto suposta prática de ilícitos de corrupção passiva e ativa, e do qual contam acordos de colaboração premiada dos réus e respectivos documentos comprobatórios das práticas ilícitas, encontra-se na fase de instrução, ainda sem decisão de 1ª instância, e que estava em curso em segredo de justiça, teve o sigilo dos autos transferido para os documentos, tendo sido concedida vista de algumas peças processuais. A Companhia do Metrô teve acesso as peças processuais consistentes em respostas dos acusados à denúncia, despachos judiciais, pronunciamentos do Ministério Público Federal, habeas corpus impetrados por alguns dos réus e respectivos julgamentos, mas não lhe foi dado conhecer o Acordo de Colaboração Premiada de seu ex-empregado, nem de seus Anexos, e nem mesmo dos outros réus.

Há uma ação de improbidade administrativa ajuizada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, contra Sergio Correa Brasil, Gilmar Alves Tavares e AVBS Consultoria e Representação - Eireli, processo nº 1037523-40.2018.8.26.0053, 9ª Vara da Fazenda Pública, que tem origem na colaboração feita pelos representantes da empresa Camargo Correa, perante o Ministério Público Estadual, acerca do conluio havido entre as empresas que participaram da licitação para as obras civis da Linha 5 - Lilás (Concorrência nº 41428212). O valor da ação é de R$ 336.916, com determinação de bloqueio de bens dos réus da ação. A Companhia e o GESP ainda não foram intimados para a referida ação.

A alta Administração reforça constantemente junto aos colaboradores, clientes e fornecedores seu compromisso de melhoria contínua nos seus programas de controles internos e *compliance* e vem tomando medidas internas para que haja o reforço de ações que tenham condições de mitigar atos de improbidade ou contrários às regras de governança estabelecidas pela Companhia.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade, base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas e são apresentadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia em sua gestão.

A demonstração do valor adicionado - DVA apresenta informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essa demonstração foi preparada de acordo com a NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base no Real ("R$") como moeda funcional e de apresentação e estão expressas em milhares de Reais, bem como as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares. Os itens divulgados em outras moedas estão devidamente identificados, quando aplicável.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa mensuradas pelo valor justo;
- Títulos e valores mobiliários mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

2.2 Estimativas e julgamentos contábeis relevantes

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros. A Companhia revisa seus julgamentos, estimativas e premissas de forma contínua. Os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e que possuem risco significativo de gerar ajustes materiais estão apresentadas a seguir:

i) Mensuração do valor justo

A Companhia seleciona métodos e utiliza julgamentos nas premissas que aplica na determinação do valor justo. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis no Mercado, quando disponíveis. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação.

Alterações significativas nas premissas utilizadas podem afetar a posição patrimonial da Companhia. (Nota explicativa nº 27.1).

ii) Vida útil e valor recuperável de ativos imobilizados e intangíveis

A vida útil dos ativos imobilizados relevantes foi definida pela Companhia considerando o prazo de geração de benefícios econômicos dos ativos, com base na experiência e laudos internos dos empreendimentos de construção metroviário - estações e túneis, no nível de operação das linhas e frota de trens e na qualidade da manutenção preventiva e corretiva. A vida útil dos ativos intangíveis de vida útil definida é embasada na avaliação da Companhia quanto a geração dos benefícios econômicos futuros, na experiência de negócios e nas determinações contratuais. (Notas explicativas nº 10 e nº 11).

iii) Passivos contingentes

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais e administrativos envolvendo questões trabalhistas, cíveis e tributárias, decorrentes do curso normal de seus negócios. As estimativas para determinar os montantes das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são definidas com base em pareceres de assessores jurídicos. (Nota explicativa nº 20).

iv) Passivo atuarial

A Companhia tem compromissos atuariais de benefícios pós-emprego referentes a planos de aposentadoria e pensão. Tais compromissos e custos têm dependência de uma série de premissas econômicas, biométricas e demográficas, dentre as quais as mais relevantes são: taxas de desconto, inflação de longo prazo, variação de custos de serviços, e variabilidade na tabela atuarial aplicada, as quais implicam certo grau de julgamento para com as premissas adotadas. Essas e outras estimativas são revisadas anualmente por peritos independentes e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas e de mercado. (nota explicativa nº 19).

2.3 Aprovação das Demonstrações Financeiras

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 17 de março de 2023.

3. Principais políticas contábeis

As principais políticas e práticas contábeis estão descritas a cada nota explicativa correspondente e foram aplicadas de forma consistente para todos os exercícios apresentados.

3.1 Novas normas e interpretações em vigor a partir de 1° de janeiro de 2022

Revisão nº 19 (Ciclo de melhorias 2018-2020): O Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu em 25 de janeiro de 2021 a revisão que estabelece alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 (R1), CPC 25, CPC 27, CPC 29, CPC 37 (R1) e CPC 48. As alterações promovidas são efetivas para os exercícios em 1º de janeiro de 2022 e não trazem impactos para a Companhia.

Durante o exercício de 2022 foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis a Revisão nº 20 e a Revisão nº 21, com vigência em 1º de janeiro de 2023. A Companhia não espera impacto na adoção dos requerimentos introduzidos pelas referidas revisões.

Não há outras normas ou interpretações com impacto na operação da Companhia cuja aplicação inicia-se em períodos futuros.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos - custeio	**9.008**	10.068
Caixa e bancos - investimento	**7.085**	1.215
Total de caixa e bancos	**16.093**	11.283
Aplicações financeiras - liquidez imediata		
Aplicações - custeio	**160.443**	131.713
Aplicações - investimento	**186.030**	54.487
Total de aplicações financeiras - liquidez imediata	**346.473**	186.200
Total de custeio	**169.451**	141.781
Total de investimento	**193.115**	55.702
Total de caixa e equivalentes de caixa	**362.566**	197.483

De acordo com o Decreto Estadual nº 60.244/14, as aplicações financeiras da Companhia são administradas pela corretora de valores do SIAFEM ligada à Secretaria da Fazenda - SEFAZ. O perfil de aplicação está voltado a títulos de baixo risco e correspondem a aplicações indexadas pelo Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Parte menor é alocada em fundos de investimento de curto prazo administrados pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal. A totalidade dos valores classificados como caixa e equivalentes de caixa é denominada em moeda nacional.

Em 31 de dezembro de 2022, a remuneração média é de 97,31% do CDI. (56,11% em 31 de dezembro de 2021).

Política contábil

A Companhia classifica neste grupo os saldos mantidos em caixa, bancos e aplicações financeiras com vencimento original inferior ou igual a 90 dias a partir da data da contratação, sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor. As aplicações financeiras classificadas nesse grupo, por sua própria natureza, são mensuradas a valor justo por meio do resultado.

5. Contas a receber

5.1 Contas a receber, líquidos

	31/12/2022	31/12/2021
Terceiros	**319.978**	288.791
Partes relacionadas		
Transporte de passageiros - GESP [a]	**97.406**	155.141
Outros [b]	**7.501**	8.630
	424.885	452.562
Perda de crédito esperada	**(267.300)**	(247.317)
Total do contas a receber, líquido	**157.585**	205.245
Total - circulante	**149.344**	199.076
Total - não circulante	**8.241**	6.169

[a] GESP e Metrô reafirmaram, em 20 de julho de 2022, um Termo de Acordo visando à recomposição da receita tarifária, decorrente da diferença entre a remuneração contratual paga às concessionárias privadas e a venda de direito de viagem do sistema metroferroviário (tarifa pública). O saldo inclui também os valores referentes a gratuidades legalmente concedidos aos passageiros.

[b] Em 31 de dezembro de 2022 inclui o montante de R$ 1.167 (R$ 1.577 em 31 de dezembro de 2021) referente a valores a receber pela Companhia pela cessão de profissionais pertencentes ao seu quadro às outras empresas ligadas à administração do GESP.

5.2 Contas a receber vencidos e a vencer

A composição de contas a receber por idade de vencimento, líquida de estimativa para perda de crédito, é como segue:

	31/12/2022			31/12/2021		
Circulante e não circulante	**Saldo**	**Estimativa de perda**	**Saldo líquido**	**Saldo**	**Estimativa de perda**	**Saldo líquido**
A vencer	**139.753**	**(5.307)**	**134.446**	188.245	(3.078)	185.167
Vencidos até 30 dias	**7.953**	**(2.710)**	**5.243**	8.145	(3.569)	4.576
Vencidos de 31 até 60 dias	**6.383**	**(2.942)**	**3.441**	7.419	(3.649)	3.770
Vencidos de 61 até 90 dias	**4.836**	**(2.156)**	**2.680**	4.375	(2.257)	2.118
Vencidos de 91 até 180 dias	**13.486**	**(5.934)**	**7.552**	11.341	(3.146)	8.195
Vencidos de 181 até 360 dias	**18.387**	**(14.164)**	**4.223**	13.976	(12.557)	1.419
Vencidos superiores a 360 dias	**234.087**	**(234.087)**	**–**	219.061	(219.061)	–
Total	**424.885**	**(267.300)**	**157.585**	452.562	(247.317)	205.245
Total - circulante	**416.644**	**(267.300)**	**149.344**	446.393	(247.317)	199.076
Total - não circulante	**8.241**	**–**	**8.241**	6.169	–	6.169

5.3 Movimentação da perda de crédito esperada

	31/12/2022	31/12/2021
Saldos iniciais	**(247.317)**	(221.322)
(Adições)/reversões	**(24.812)**	(26.442)
Créditos baixados definitivamente da posição	**4.829**	447
Total	**(267.300)**	(247.317)

Política contábil

Contas a receber de clientes é registrado líquido de perdas de crédito no momento do reconhecimento da venda de ativos, locações de espaços, participação em empreendimentos imobiliários, ressarcimento de valores ou advindos de outras operações comerciais de prestação de serviços adjacentes à operação de transporte. A Companhia constitui perdas de crédito esperadas sobre os saldos a receber em montante considerado suficiente pela Administração de forma a fazer frente a eventuais perdas.

As perdas de crédito esperadas são avaliadas com base na NBC TG 48 - "Instrumentos Financeiros", e prevê que os recebíveis comerciais sejam mensurados através da aplicação da abordagem simplificada, por meio da utilização de dados históricos, projetando-se a perda esperada ao longo da vida do contrato, considerando a segmentação da carteira de recebíveis em grupos que possuem o mesmo padrão de recebimento e conforme os respectivos prazos de vencimento. Adicionalmente, para determinados casos, a Companhia efetua análises individuais para a avaliação dos riscos de recebimento.

6. Estoques

	31/12/2022	31/12/2021
Materiais de uso comum e administrativo	**6.853**	7.637
Materiais de reposição	**164.480**	169.137
Materiais de consumo geral e manutenção	**36.018**	35.715
Materiais em poder de terceiros [a]	**30.310**	29.415
Outros	**629**	756
(-) Materiais obsoletos	**(4.076)**	(4.298)
Total	**234.214**	238.362

[a] Trata-se de materiais enviados para terceiros a título de empréstimos, reparos, beneficiamentos e testes. Deste total, o montante de R$ 28.680 encontra-se em poder da Via Mobilidade para a operacionalização da Linha 5 - Lilás.

6.1 Movimentação da provisão de materiais obsoletos

	31/12/2022	31/12/2021
Saldos iniciais	**(4.298)**	(625)
Adições	**(1.693)**	(6.181)
Reversões	**1.915**	2.508
Total	**(4.076)**	(4.298)

A Companhia não possui itens de estoque oferecidos em penhor ou garantia a passivos para os períodos apresentados.

Política contábil

Os saldos de estoques compreendem principalmente materiais para manutenção e reposição de peças. Os estoques são mensurados pelo custo médio de aquisição e estão classificados no ativo circulante.

Os saldos dos estoques são apresentados líquidos de perda por obsolescência, que são constituídas para cobrir eventuais perdas identificadas ou estimadas pela Administração.

A Companhia avalia continuamente se um estoque está obsoleto, e considera nesta avaliação entre outros fatores, a introdução de novas tecnologias, materiais e funcionalidades que podem resultar na obsolescência de materiais.

7. Ativos mantidos para venda

	31/12/2022	31/12/2021
Ativos mantidos para venda - saldo inicial	**22.982**	25.201
Adições [a]	**32.664**	20.372
Baixas [b]	**(43.631)**	(22.591)
Total	**12.015**	22.982

[a] No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as principais adições referem-se a imóveis nas proximidades das estações: Paraíso, Oscar Freire e na região do Ibirapuera.

[b] Refere-se a baixa por alienação de imóveis localizados nas proximidades do Ibirapuera, e das Estações da Luz e Ana Rosa.

Política contábil

Ativos são classificados como mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio da venda. Para a companhia, a condição para a classificação como ativo mantido para venda somente é alcançada quando a alienação é aprovada pela Administração ou o ativo estiver disponível para venda imediata em suas condições atuais e existir a expectativa de que a venda ocorra em até 12 meses. Para os casos em que não houver o cumprimento do prazo de venda de até 12 meses devido a circunstâncias fora do controle da Companhia, havendo a intenção de alienação, a classificação pode ser mantida.

Ativos mantidos para venda são compostos principalmente por terrenos e imóveis. São mensurados pelo menor valor entre o contábil e o valor justo líquido das despesas de venda e apresentados de forma segregada no balanço patrimonial.

8. Caixa restrito

O caixa restrito é composto por montantes depositados em conta bancária específica e sua respectiva remuneração do período, são destinados exclusivamente à garantia aos debenturistas da Companhia, e desta forma, possuem restrição de uso, conforme nota explicativa nº 14.

Em 31 de dezembro de 2022, o montante de caixa restrito é de R$ 27.567.

O Relatório Integrado 2022 da Companhia do Metrô encontra-se disponível em: **http://www.metro.sp.gov.br/metro/institucional/pdf/relatorio-integrado-2022.pdf**

continua

COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO — METRÔ

CNPJ nº 62.070.362/0001-06

Secretaria dos Transportes Metropolitanos — SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Depósitos judiciais

	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhistas	**53.236**	55.815
Cíveis [a]	**119.416**	35.703
Tributários e previdenciários	**77.944**	80.050
Outros depósitos	**376**	1.078
Total	**250.972**	172.646

[a] No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia realizou depósitos para a garantia de execução de processos cíveis referentes aos contratos de modernização de trens, movidos pelas empresas Alstom e Consórcio BTT no montante de R$ 83.712.

Os valores são compostos por depósitos judiciais, depósitos recursais e bloqueios, relativos a ações trabalhistas, cíveis e tributárias, realizados para garantir a execução de tais ações.

A Companhia possui apólice de seguro fiança com o objetivo de oferecer garantias a processos judiciais, conforme demonstrado na nota explicativa nº 28 - Cobertura de seguros. Em 31 de dezembro de 2022, o montante de garantias oferecidas sob a cobertura da apólice é de R$ 144.655.

10. Imobilizado

10.1 Composição

	Taxa anual ponderada de depreciação	31/12/2021	Adições [e]	Baixas	Transferências	31/12/2022
Custo						
Obras civis [a]		20.417.868	146.106	(1.042)	783.706	21.346.638
Sistemas [b]		11.933.636	10.492	(17.182)	469.801	12.396.747
Terrenos [c]		3.031.722	269.046	(33.790)	–	3.266.978
Obras em andamento [d]		6.537.284	1.847.703	(8)	(1.232.938)	7.152.041
Adiantamentos		384.633	49.091	–	(20.569)	413.155
Total		**42.305.143**	**2.322.438**	**(52.022)**	**–**	**44.575.559**
Depreciação						
Obras civis [a]	1,25%	(3.187.301)	(317.924)	1.002	–	(3.504.223)
Sistemas [b]	2,90%	(2.969.400)	(398.963)	–	–	(3.368.363)
Total		**(6.156.701)**	**(716.887)**	**1.002**	**–**	**(6.872.586)**
Total imobilizado		**36.148.442**	**1.605.551**	**(51.020)**	**–**	**37.702.973**

[a] Inclui edifícios, estações, túneis, elevados, terminais, instalações, equipamentos e outras estruturas.

[b] Inclui material rodante (trens) e sistemas de vias auxiliares.

[c] Do montante de R$ 33.790 na coluna baixas, R$ 32.664 se refere a transferências realizadas para a rubrica Ativos mantidos para venda, sendo que R$ 23.939 se refere a área remanescente na Av. Ibirapuera, alienada no exercício de 2022.

[d] As principais movimentações em transferências no período referem-se a obras da Linha 4 - Amarela, de R$ 898.628, e da Linha 15 - Prata, de R$ 84.285.

[e] As principais adições no exercício ocorreram nas linhas: 2 - Verde, de R$ 1.292.630; 15 - Prata, de R$ 391.087; 17 - Ouro, de R$ 255.545.

	Taxa anual ponderada de depreciação	31/12/2020	Adições	Baixas[c]	Transferências	31/12/2021
Custo						
Obras civis [a]		20.373.171	39.167	(3.647)	9.177	20.417.868
Sistemas [b]		11.177.872	3.047	(21.271)	773.988	11.933.636
Terrenos		2.727.795	324.167	(20.487)	247	3.031.722
Obras em andamento [d]		6.121.497	1.177.578	(57.610)	(704.181)	6.537.284
Adiantamentos		388.213	75.651	–	(79.231)	384.633
Total		**40.788.548**	**1.619.610**	**(103.015)**	**–**	**42.305.143**
Depreciação						
Obras civis [a]	1,25%	(2.887.744)	(303.116)	3.559		(3.187.301)
Sistemas [b]	2,90%	(2.614.719)	(354.681)	–		(2.969.400)
Total		**(5.502.463)**	**(657.797)**	**3.559**	**–**	**(6.156.701)**
Total imobilizado		**35.286.085**	**961.813**	**(99.456)**	**–**	**36.148.442**

[a] Inclui edifícios, estações, túneis, elevados, terminais, instalações, equipamentos e outras estruturas.

[b] Inclui material rodante (trens) e sistemas de vias auxiliares.

[c] Do montante de R$ 103.015 apresentado na rubrica de baixas, R$ 57.725 se refere a baixa do projeto e gastos iniciais da Linha 6- Laranja, R$ 21.271 a ajuste no imobilizado em decorrência de revisão de valor, e R$ 20.381 a terrenos reclassificados para a rubrica Ativos mantidos para venda.

[d] As principais movimentações em transferências no período foram equipamentos de sistemas para a Linha 15 - prata, de R$ 685.341.

Política contábil

Os bens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e das perdas prováveis para redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas, quando incorridas.

Durante o processo de constituição de um ativo, os valores gastos são alocados na rubrica "imobilizado em andamento" de acordo com suas respectivas categorias (terrenos, sistemas, material rodante e obra civil). Quando o ativo está concluído e inicia-se o uso com a cobrança de tarifa, os valores são reclassificados para a linha de "imobilizado em uso" e depreciados de acordo com a vida útil.

Os gastos com reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos, uma vez que não possuem características que permitem sua capitalização.

Os bens do ativo imobilizado, com exceção de terrenos, são depreciados pelo método linear no resultado do exercício de acordo com a vida útil econômica estimada para cada grupo de ativos.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia realizou a revisão da vida útil de seus ativos e as alterações da vida útil estimada resultaram em efeitos imateriais nesta demonstração financeira.

Os ganhos e perdas oriundos de alienações são determinados pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil e, quando incorridos, são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais, líquidas, na demonstração de resultados.

10.2 Avaliação anual de valor não recuperável de ativo (impairment)

Teste de impairment da unidade geradora de caixa ("UGC")

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia realizou análise do valor recuperável de sua UGC formada pela malha metroferroviária, conforme os requerimentos da NBC TG 01 (R4), que inclui os seguintes ativos: obras civis, sistemas e terrenos.

As premissas adotadas nos testes de redução ao valor recuperável da UGC estão suportadas por projeções internas (plano plurianual), aprovado pelo Conselho de Administração. Para o período após quatro anos aplica-se a extrapolação utilizando a ponderação da vida útil econômica dos ativos componentes da UGC. As principais premissas consideradas pela Companhia para a determinação do valor em uso da unidade geradora de caixa são:

i) Taxa de desconto: a Companhia aplica o custo médio ponderado de capital (CMPC), com base em elementos diretamente observáveis e aplicáveis a seu negócio. A taxa utilizada para descontar o fluxo de caixa é de 8,42%.

ii) Demanda: considera recuperação da queda de passageiros transportados no médio/longo prazo. A demanda também é calculada com base na capacidade de oferta de serviços de transporte da Companhia, levando em consideração a malha metroferroviária em operação;

iii) Receita: utiliza como premissa a tarifa padrão praticada atualmente, com reajuste anual pela inflação. Cabe destacar que as tarifas praticadas pela Companhia são determinadas com base em políticas públicas determinadas pelo GESP;

iv) Custos operacionais: baseados em seu custo histórico e atualizados por indicadores como inflação;

v) Variáveis de mercado: inflação, taxa de juros, entre outros.

Os resultados obtidos por meio do cálculo do valor em uso são superiores ao valor contábil da UGC e, portanto, não há indicativos de perda por redução ao valor recuperável.

Política contábil

Os bens do ativo imobilizado e intangível com vida útil definida são revisados anualmente com a finalidade de identificar evidências de não recuperação do seu valor contábil ou, ainda, sempre que alterações materiais no ciclo normal dos negócios indicarem probabilidade de perdas.

Essa avaliação é efetuada ao menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa operacionais à Companhia de forma independente (Unidade Geradora de Caixa - UGC).

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável.

Eventuais perdas do valor recuperável são reconhecidas no resultado do exercício.

10.3 Ativos sob concessão

A Companhia, conjuntamente com o acionista controlador - GESP, pode avaliar eventuais oportunidades de concessão de parte de sua operação de transporte à iniciativa privada.

O poder concedente é o GESP (responsável pela contrapartida no recebimento da outorga pela concessionária) enquanto o Metrô figura como interveniente, e, findo o período de concessão, conforme previsão contratual, a operação comercial é retomada para a Companhia, sendo utilizados os mesmos ativos de infraestrutura já registrados nas Demonstrações Financeiras como "ativos sob concessão".

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os ativos imobilizados sob concessão são demonstrados a seguir:

	Taxa anual ponderada de depreciação	Custo de aquisição Linha 4	Custo de aquisição Linha 5	Total do ativo imobilizado
Custo				
Obras civis [a]		4.218.837	8.189.583	12.408.420
Sistemas [b]		1.471.965	2.574.884	4.046.849
Terrenos		217.755	839.991	1.057.746
Obras em Andamento		206.610	–	206.610
Total		**6.115.167**	**11.604.458**	**17.719.625**
Depreciação				
Obras civis [a]	1,25%	(486.016)	(527.334)	(1.013.350)
Sistemas [b]	2,90%	(308.904)	(339.810)	(648.714)
Total		**(794.920)**	**(867.144)**	**(1.662.064)**
Total do imobilizado sob concessão		**5.320.247**	**10.737.314**	**16.057.561**

[a] Inclui edifícios, estações, túneis, elevados, terminais, outras estruturas, instalações e equipamentos.

[b] Inclui material rodante (trens), sistemas de vias auxiliares.

11. Intangível

11.1 Ativos intangíveis com vida útil definida

	Taxa média ponderada	Saldo em 31/12/2021	Adições	Saldo em 31/12/2022
Softwares	20% a.a.			
Custo de Aquisição [a]		115.612	30.006	**145.618**
Amortização		(86.522)	(24.270)	**(110.792)**
Total do intangível		29.090	5.736	**34.826**

[a] As adições do período correspondem substancialmente a renovação de licenças.

Política contábil

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis de vida útil definida, geralmente softwares, são apresentados pelo custo de aquisição, menos amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

A amortização do ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo fluam para a Companhia, podendo ser o prazo final do contrato ou a vida útil econômica do ativo, dos dois o menor.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas, quando incorridos, na demonstração de resultados.

12. Remuneração dos administradores

Os critérios para todas as remunerações atribuídas pela companhia a seus dirigentes são estabelecidos de acordo com plano de cargos e salários, de benefícios e por legislação específica.

Para o período findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os totais de remuneração (salários, honorários, gratificações, adicionais, férias e 13º salário), participação nos resultados, encargos sociais, benefícios (assistência médica, vale-refeição, vale-alimentação e seguro de vida) e previdência suplementar dos administradores, remuneração dos Conselhos e do Comitê de Auditoria são apresentados a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Administradores		
Remuneração	**3.054**	2.609
Participação nos resultados - PPR	**59**	–
Encargos sociais	**589**	540
Benefícios	**332**	226
Previdência suplementar	**71**	41
Total	**4.105**	3.416
Conselhos e Comitê de Auditoria	**1.704**	1.484
Total no período	**5.809**	4.900
Número de Membros (ao fim do período)		
Conselho de Administração	**11**	11
Conselho Fiscal - efetivos	**5**	5
Comitê de Auditoria Estatutária	**4**	4
Diretoria Executiva	**6**	6

O maior honorário atribuído a dirigente em 31 de dezembro de 2022, em consonância a Lei nº 8.852/94, corresponde a R$ 21.939,31 para diretor estatutário (parecer do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC nº 001/2019) e a R$ 37.187,84 para diretor não estatutário.

13. Fornecedores

	31/12/2022	31/12/2021
Terceiros nacionais		
Empreiteiras - obras civis	**132.806**	56.458
Fornecedores de sistemas	**177.625**	156.119
Prestação de serviços	**95.722**	63.442
Energia elétrica	**6.750**	6.135
Outros	**51.423**	32.588
Fornecedores nacionais	**464.326**	314.742
Fornecedores internacionais	**8.806**	13.074
Total	**473.132**	327.816

Política contábil

Os fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações assumidas por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, representado pelo valor da transação e, subsequentemente acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras.

14. Debêntures

	Vencimento	Taxa de juros a.a.	31/12/2022 Captação [a]	Juros incorridos	Amortização de custos	Juros pagos	Pagamento de principal	Circulante	Não circulante	Total
Debêntures	04/2027	CDI + 4,5%	**390.979**	**46.707**	**1.203**	**(33.951)**	**–**	**29.999**	**374.938**	**404.937**
			390.979	**46.707**	**1.203**	**(33.951)**	**–**	**29.999**	**374.938**	**404.937**

[a] Líquida dos custos de emissão.

14.1 Debêntures

Em 25 de abril de 2022, a Companhia concluiu a 2ª emissão pública por meio da emissão de 400 mil debêntures, não conversíveis em ações, de valor unitário R$ 1 mil, com o objetivo de garantir o nível de liquidez de suas atividades operacionais. O montante total captado foi de R$ 400.000 e com taxa de juros correspondente à remuneração de 4,50% a.a. + CDI., com vencimento em 25 de abril de 2027. Os custos de emissão totalizaram R$ 9.021 e serão amortizados pelo método da taxa efetiva ao longo do período de vigência da operação.

A emissão conta com garantia de cessão fiduciária do fluxo de venda de bilhetes unitários (QR Code), sendo que o valor mínimo para fazer frente aos pagamentos dos juros remuneratórios são mantidos em caixa restrito. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui o montante de R$ 27.567 mantido como caixa restrito, conforme nota explicativa nº 8.

As debêntures possuem cláusula de vencimento antecipado relacionada a manutenção da capacidade de pagamento da Companhia, e relacionado ao montante de empréstimo contraído ("índice financeiro"), o qual não deve ser superior ao limite de dívida bruta de R$ 700.000, sendo considerado no montante os empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, incluídas as debêntures e quaisquer outros títulos e valores mobiliários representativo de dívidas. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui endividamento inferior ao limite estabelecido.

14.2 Cronograma de vencimento

O cronograma de vencimento das debêntures é apresentado abaixo:

	2023	2024	2025	2026	2027	Total
Debêntures	29.999	112.481	112.482	112.481	37.494	**404.937**
Total	29.999	112.481	112.482	112.481	37.494	**404.937**

Política contábil

As debêntures emitidas são reconhecidas inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

O reconhecimento subsequente é realizado pelo custo amortizado, levando em consideração qualquer deságio ou ágio na contratação e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado, exceto quando sujeitos a capitalização.

15. Impostos e contribuições a recolher

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		
Contribuição previdenciária sobre receita bruta - CPRB	**3.261**	2.899
PIS e Cofins - sobre receitas não tarifárias e importação	**19.199**	17.591
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	**–**	2.400
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	**36.921**	28.588
PIS, COFINS e CSLL - retenção da contratação de serviços	**2.217**	4.496
Parcelamentos tributários	**934**	934
Outros impostos e contribuições [a]	**543**	544
Total	**63.075**	57.452
Não circulante		
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU [b]	**87.461**	44.134
Parcelamentos tributários	**862**	1.724
Total	**88.323**	45.858
Total geral	**151.398**	103.310

[a] Inclui valores a recolher relativos a ISS, ICMS e CIDE.

[b] No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui decisões liminares proferidas pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que suspenderam o recolhimento de IPTU de imóveis sob sua titularidade. Tal decisão se ampara no fato da Companhia prestar serviço de utilidade pública, o que permite a suspensão da exigibilidade do tributo. Entretanto, por se tratar de decisão liminar, a Companhia continua registrando os valores devidos como passivo até que a decisão seja transitada em julgado.

16. Remunerações e encargos a pagar

	31/12/2022	31/12/2021
Férias	**136.120**	126.673
Encargos sociais	**55.107**	53.039
Programa de demissão voluntária - PDV	**4.546**	18.648
Outros valores a pagar [a]	**2.695**	3.153
Parcelamentos previdenciários	**367**	963
Salários a pagar	**328**	33.420
Participação no resultado - PPR	**–**	24.927
	199.163	260.823
Total - circulante	**198.838**	256.476
Total - não circulante	**325**	4.347
Total de remunerações e encargos a pagar	**199.163**	260.823

[a] Inclui: Verbas rescisórias e pensões judiciais.

16.1 Plano de desligamento incentivado

Do total de inscrições no programa, 365 foram desligados no exercício de 2022 com custo de R$ 131.832, contabilizados na demonstração de resultados na rubrica de "Pessoal", conforme nota explicativa nº 23. A Companhia estima que para concluir o desligamento dos 388 colaboradores restantes, irá incorrer em custos estimados de R$ 116.173 ao longo de 2023.

Política contábil

Os salários mensais, provisões para férias, provisão de 13º salário e os demais pagamentos e benefícios complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais devidos, são apropriados pelo regime de competência.

i) Programa de participação nos resultados - PPR - renumeração

A Companhia possui programa de participação nos resultados baseado em metas a serem atingidas corporativamente, nos quais os valores são estimados com base nos montantes previstos no programa para cada faixa profissional. Os valores são provisionados no resultado do exercício de acordo com o montante previsto para liquidação da obrigação pela Companhia, desde que haja expectativa de atingimento das metas.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o programa de participação nos resultados foi suspenso em observação ao Ofício Circular CODEC 009/2020 que determinou que enquanto perdurarem os efeitos da pandemia da COVID-19 ficam suspensas a fixação de metas e a realização de avaliações relacionadas a programas de participação nos resultados da Companhia.

A Companhia não possui benefícios de longo prazo concedidos aos seus administradores ou colaboradores.

ii) Programa de Desligamento Incentivado - PDI

A Companhia possui um Programa de Desligamento Incentivado - PDI cujo período de adesão inicial dos colaboradores iniciou em 13 de dezembro de 2021 e se encerrou em 14 de janeiro de 2022.

Os colaboradores inscritos no programa só podem ser desligados mediante aceite da Companhia. Os benefícios financeiros oferecidos pelo programa consistem no pagamento de verbas rescisórias e de abono pecuniário para o custeio do plano de saúde por um período de até 24 meses.

O programa prevê que a Companhia tenha o poder de aceitar a adesão do colaborador, bem como as datas de desligamento, considerando a capacidade financeira da empresa e o impacto nas atividades das áreas.

Os elementos dispostos no regulamento do plano, bem como os direitos e obrigações previstos pelas partes, não determinam a assunção de uma obrigação contratual pela Companhia. Desta forma, com base no CPC 33 - Benefícios a empregados e NBC TG 33 (R2) - Benefícios a Empregados, os valores previstos se enquadram como benefícios rescisórios e, portanto, são contabilizados no momento do desligamento do colaborador.

Ao final do exercício de 2022, a Companhia promoveu a prorrogação do prazo de desligamento por mais 12 meses, sendo então projetado para conclusão em dezembro de 2023.

17 Adiantamento de clientes

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		
Créditos em poder do passageiro [a]	**413.026**	481.048
Locações a apropriar	**1.062**	846
Centros comerciais	**3.898**	3.898
Outros	**360**	13.970
Total	**418.346**	499.762
Não circulante		
Centros comerciais	**134.175**	126.582
Outros	**9.778**	10.144
Total	**143.953**	136.726
Total geral	**562.299**	636.488

[a] Créditos em poder do passageiro são compostos pelos bilhetes: Único, Edmonson, Bom e Top. Os créditos adquiridos pelos passageiros não estão sujeitos a um período limite para sua utilização.

O Relatório Integrado 2022 da Companhia do Metrô encontra-se disponível em: **http://www.metro.sp.gov.br/metro/institucional/pdf/relatorio-integrado-2022.pdf**

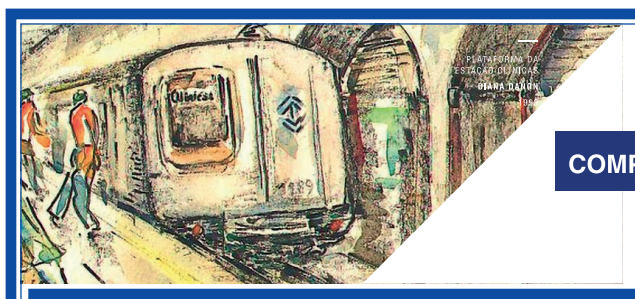
continua

Assinado por EMPRESA FOLHA DA MANHA S A:60579703000148 em 11/04/2023 14:55:10 com o número de série 61853EF56F3FC8EF.

ITI Instituto Nacional de Tecnologia da Informação

http://publicidadelegal.folha.uol.com.br/documento/25675

ICP Brasil



COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO — METRÔ

CNPJ nº 62.070.362/0001-06

Secretaria dos Transportes Metropolitanos — SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Transações com partes relacionadas

		31/12/2022			31/12/2021		
		Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Partes relacionadas	**Natureza da principal operação**						
Ativos							
GESP	C/R - Serviços de transporte [a]	**97.406**	**–**	**97.406**	155.141	–	155.141
Metrus - Instituto	C/R - Parcelamento dep. Judicial [b]	**30.867**	**–**	**30.867**	–	–	–
Outros	C/R - Diversos [c]	**7.501**	**–**	**7.501**	8.630	–	8.630
		135.774	**–**	**135.774**	163.771	–	163.771
Passivos							
CBTU	C/P - Convênios [d]	**(3.874)**	**(218.914)**	**(222.788)**	(3.874)	(222.788)	(226.662)
Metrus - Instituto	C/P - Previdência e saúde [e]	**(24.066)**	–	**(24.066)**	(22.162)	–	(22.162)
GESP	C/P - Gratuidades [f]	**–**	**–**	**–**	(67.665)	–	(67.665)
		(27.940)	**(218.914)**	**(246.854)**	(93.701)	(222.788)	(316.489)
Patrimônio líquido							
GESP	C/S - Integralização de capital [g]	**–**	**–**	**(2.382.937)**	–	–	(1.581.279)
		–	**–**	**(2.382.937)**	–	–	(1.581.279)

Resultado	**Natureza**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
GESP	Receita tarifária - apoio a PPP [h]	**768.320**	155.141
GESP	Receita com gratuidades [i]	**321.448**	188.022
GESP	Subvenção para custeio [j]	**–**	559.170
GESP	Receita de alienação de imóvel [k]	**31.187**	81.000
CBTU	C/P - Convênios [d]	**3.874**	3.874
Metrus - Instituto	C/P - Previdência e saúde [e]	**(224.065)**	(212.861)
Administração	Despesas com folha [l]	**(5.809)**	(4.900)
Total		**894.955**	769.446

[a] Montantes a receber do Governo do Estado de São Paulo referentes a ressarcimentos da operação de transporte de passageiros, conforme nota explicativa n° 5.1. O saldo inclui também os valores referentes a gratuidades legalmente concedidos aos passageiros.

[b] Refere-se ao valor de principal pago pela Companhia ao Metrus em decorrência de acordo de ressarcimento do depósito judicial realizado no âmbito do processo movido pela EMTEL.

[c] Conforme demonstrado na nota 5.1 (a) Contas a receber, líquidos, refere-se a ressarcimento pela cessão de profissionais pertencentes ao seu quadro às outras empresas ligadas à administração do GESP. Inclui também notas de débito referente a serviços diversos prestados pela Companhia a empresas ligadas.

[d] O saldo do passivo corresponde ao montante a apropriar ao resultado da subvenção para investimento recebida da CBTU.

[e] O saldo do passivo ao Metrus - Instituto de Seguridade Social, referente à contribuição da patrocinadora sobre os planos de previdência privada (Plano I e Plano II) e assistência médica de seus empregados.

[f] Referem-se a valores recebidos do GESP referente a gratuidades, no transporte de passageiros.

[g] Refere-se ao aporte de capital social realizado pelo GESP.

[h] Refere-se a parcela da receita tarifária que é ressarcida pelo GESP, em virtude do modelo de apoio às Parcerias Público-Privadas - PPP, a fim de cobrir os montantes de perdas financeiras geradas devido ao impacto das concessões no sistema de arrecadação.

[i] Reconhecimento no exercício de receita proveniente do transporte de passageiros com benefício de gratuidade conforme nota explicativa nº 22.

[j] Refere-se a subvenção para custeio recebida do GESP, em decorrência dos impactos da pandemia da COVID- 19.

[k] Refere-se a alienação de imóveis ao GESP localizados na região metropolitana de São Paulo.

[l] Trata-se de valor pago a título de honorários de Diretoria Executiva, Conselhos e Comitê.

Política contábil

A Companhia possui política de Transações com Partes Relacionadas revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração, com o objetivo de regular e orientar seu corpo de profissionais na celebração de transações e contratos envolvendo partes relacionadas e em situações que possam gerar potencial conflito de interesses nestas operações. Desta forma, a política de partes relacionadas objetiva assegurar os interesses da Companhia, alinhado à transparência de processos e às melhores práticas de Governança Corporativa.

Para realização de operações e negócios com partes relacionadas é determinado que se observe os preços e condições usuais de mercado para estas transações, bem como as práticas de governança e políticas corporativas adotadas pela Companhia e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação vigente.

As principais partes relacionadas da Companhia são os acionistas, o Conselho de Administração, a Diretoria e os Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração.

i) Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo órgão governamental concedente e de que serão auferidas. São registradas como receita ou redução de despesa no resultado do período de fruição do benefício. A Companhia destina para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido, o montante de subvenção e assistência governamental reconhecidos quando é apurado lucro contábil no respectivo exercício.

Subvenções para investimento são registradas em contrapartida do passivo e reconhecido no resultado de acordo com a vida útil dos ativos relacionados, conforme requerimentos da NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais.

Subvenções para custeio são reconhecidas no resultado do período em outras receitas operacionais caso não estejam vinculadas a execução de uma obrigação pela Companhia.

19. Planos de previdência suplementar

19.1 Planos de benefícios

A Companhia assegura o custeio de planos de aposentadoria suplementar vitalícia estruturados na modalidade de benefício definido (Plano I) e contribuição definida (Plano II) voltado aos seus empregados e administrado pelo Metrus - Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência complementar, na qual o Metrô é patrocinadora.

19.2 Principais premissas atuariais econômicas e biométricas utilizadas no cálculo do passivo atuarial

	31/12/2022	31/12/2021
Duração média de pagamentos - Plano I	10,42 anos	10,50 anos
Duração média de pagamentos - Plano II	14,47 anos	14,58 anos
Taxa de desconto - Plano I	5,94% a.a.	5,21% a.a.
Taxa de desconto - Plano II	5,98% a.a.	5,30% a.a.
Taxa de inflação de longo prazo	5,00% a.a.	4,50% a.a.
Tábua biométrica de sobrevivência - Plano I	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo
Tábua biométrica de sobrevivência - Plano II	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	MI-85 M/F	MI-85 M/F

Análise de Sensibilidade Plano I	**Variação**	**Aumento na premissa**	**Redução na premissa**
Taxa de desconto	Real	Taxa de Desconto	Taxa de Desconto
Valor presente das obrigações atuariais	1.498.231	1.425.465	1.576.553
Taxa de crescimento salarial	Real	Cresc. Salarial	Cresc. Salarial
Valor presente das obrigações atuariais	1.498.231	1.499.967	1.497.139

19.3 Movimentação do passivo atuarial líquido e valor justo dos ativos do plano e obrigações atuariais

	Plano I
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2020	436.830
Ajuste Perdas atuariais - ORA (2020) [a]	22.340
Custo do serviço corrente	7.693
Juros sobre obrigação atuarial	31.152
Contribuições da patrocinadora	(7.124)
Perdas atuariais - ORA (2020)	(333.779)
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	157.112
Custo do serviço corrente	5.054
Juros sobre obrigação atuarial	14.819
Contribuições da patrocinadora	(8.596)
Ganhos atuariais - ORA (2022)	(149.997)
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	**18.392**
Valor presente das obrigações atuariais	**1.498.231**
Valor justo dos ativos do plano	**(1.479.839)**
Passívo líquido em 31 de dezembro de 2022	**18.392**
50% sob responsabilidade da Cia do Metrô	**9.196**

[a] O montante refere-se ao ajuste real em relação à projeção para inflação em 2021, calculada no exercício anterior. Tal evento possui contrapartida na rubrica de Outros Resultados Abrangentes ("ORA").

A Companhia reconhece os ganhos ou perdas atuariais decorrentes de premissas atuariais diretamente no patrimônio líquido, como ajuste de avaliação patrimonial, líquido de imposto de renda diferido apenas ao final do exercício, quando é auferido o cálculo atuarial por consultor independente.

Em 31 dezembro de 2022, o montante de benefícios pagos conjuntamente pelos dois planos é de R$ 168.320 (Em 31 de dezembro de 2021, o montante pago foi de R$ 147.987).

Política contábil

Previdência suplementar (Plano de Previdência Privada)

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria definidos são provisionados com base em cálculo atuarial ao final de cada exercício, efetuado por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável.

A Companhia reconhece no passivo atuarial o valor correspondente ao cumprimento de sua obrigação com o plano, na extensão de sua obrigação contributiva, que representa 50% do total do passivo do plano a ser equacionado na data base finda em 31 de dezembro de 2022.

- Plano I - Benefício definido

Concedido a empregados contratados até 1999, com contribuições fixas, prevendo o pagamento de benefícios de renda suplementar vitalícia para participantes com no mínimo 60 anos de idade e 10 anos de participação no plano.

A Companhia faz contribuição, em bases contratuais, ao plano de benefício previdenciário por ela patrocinado, na modalidade benefício definido, administrado pelo Metrus - Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência suplementar. As contribuições regulares compreendem os dispêndios líquidos do custeio administrativo e são registradas no resultado do período em que são devidas.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cálculo da obrigação final. Mudanças na obrigação de benefício definido líquido são reconhecidas quando incorridas da seguinte maneira: i) custo do serviço e juros líquidos, no resultado do exercício, em despesas operacionais e despesas financeiras, respectivamente e ii) mensurações referentes a ganhos ou perdas atuariais, em outros resultados abrangentes, diretamente no patrimônio líquido.

Este plano está fechado para novas adesões na Companhia.

- Plano II - Contribuição definida

A Companhia também contribui para planos de contribuição definida, por ela patrocinado, administrados pelo Metrus - Instituto de Seguridade Social, cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quando incorridas.

Concedido a empregados contratados após 1999 e para participantes que aceitaram a migração do Plano I, prevendo contribuições que são fixas, podendo ser suplementadas de contribuições variáveis e, ao final, pode chegar à mesma estrutura de pagamento dos benefícios, nas mesmas condições de tempo de participação no plano e idade aplicados no Plano I. Ambos os planos são limitados à curva de remuneração do saldo da cota vigente ao participante quando este é elegível ao benefício, e são limitados a até 70% da remuneração atual do profissional.

A diferença é que no Plano I, o participante tem assegurado pela patrocinadora o direito ao benefício de 70% da remuneração, se cumprido o plano de contribuições e independentemente da performance de ativos e passivos financeiros do plano, enquanto no Plano II, os valores dos benefícios estão condicionados aos aportes adicionais que o participante pode realizar e à performance dos ativos e passivos do plano.

A Companhia oferece o benefício de pensão por morte ao participante assistido e de aposentadoria por invalidez.

20. Provisão para processos judiciais

A Companhia é polo passivo em uma série de ações judiciais referentes ao curso normal dos negócios, incluindo ações nas esferas trabalhista, cível, tributária e previdenciária.

Os prazos e os montantes dos pagamentos podem variar a depender do resultado dos processos judiciais.

A composição da provisão para processos judiciais é apresentada abaixo:

	Saldo em 31/12/2021	**Adições**	**Atualizações monetárias recálculo do valor em risco [a]**	**Liquidações/ reversões**	**Saldo em 31/12/2022**
Trabalhistas	294.640	1.713	23.518	(8.756)	311.115
Cíveis	1.041.650	32.066	199.081	(85.709)	1.187.088
Tributários e previdenciários	114	4.792	349	(1.708)	3.547
Total	1.336.404	**38.571**	**222.948**	**(96.173)**	**1.501.750**

[a] No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia atualizou o valor de processos cíveis em decorrência de decisão proferida no âmbito dos processos, movidos pelo Consórcio Construcap Constran e Consórcio Via Amarela.

20.1 Processos trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia figura no polo passivo em 4.431 processos de natureza trabalhista.

Os processos trabalhistas estão relacionados, principalmente, aos pleitos sobre periculosidade, equiparação salarial e horas extras.

20.2 Processos cíveis

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia figura no polo passivo em 727 processos de natureza cível.

Os processos cíveis estão relacionados, principalmente, a pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro contratual e indenizações por dano material e moral. Dentre os processos cíveis, destacam-se, pela sua relevância, as ações descritas a seguir:

Processo Turma da Rua

Conforme convênio celebrado em outubro de 1988, o Metrus assumiu a responsabilidade pela administração do Programa Turma da Rua, permanecendo o Metrô responsável por todos os custos dele decorrentes, em atenção às determinações do GESP. Neste sentido, o Metrô repassou os recursos necessários ao Metrus para a liquidação das obrigações. A mão de obra para a execução deste Programa foi terceirizada com a contratação da EMTEL - Recursos Humanos e Serviços Terceirizados Ltda.

O contrato com a EMTEL foi encerrado em 06 de março de 1995, quando a administração do Programa voltou à responsabilidade do Metrô, a título emergencial, uma vez que os serviços não podiam ser interrompidos e não havia possibilidade legal de prorrogação do contrato.

Existem, atualmente, demandas judiciais entre EMTEL e Metrus, onde se discutem indenizações trabalhistas acrescidas de custas processuais, correção monetária, juros de mora e de honorários advocatícios, que o Instituto não reconhece como sua obrigação. Adicionalmente, foram movidas diversas reclamações trabalhistas contra a EMTEL, nas quais o Metrus também poderá vir a ter de responder solidariamente pelas obrigações decorrentes.

Assim, em decorrência do convênio celebrado entre o Metrô e Metrus, quaisquer despesas provenientes destes processos, se devidas pelo Instituto, serão, ao final, suportadas pelo Metrô e pelo GESP. Em 31 de dezembro de 2022, o montante provisionado para esta contingência, por conta de sua probabilidade provável, é de R$ 794.654 (R$ 713.659 em 31 de dezembro de 2021).

Consórcio Construcap Constran

A Companhia atua como Requerida em processo indenizatório movido pelo Consórcio Construcap Constran, decorrente de contrato firmado entre as partes no ano de 2009, cujo objeto corresponde à execução das obras civis, contemplando obra bruta e acabamento, e implantação da superestrutura da via permanente de trecho da Linha 5 - lilás da Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô.

A autora requer pagamento de indenização em razão de possível desequilíbrio econômico-financeiro gerado pelo aumento do prazo da obra, bem como declaração de nulidade da multa imposta após regular processo administrativo em decorrência de atrasos na execução do objeto contratado.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia avalia a probabilidade de perda do processo como provável no montante estimado de R$ 165.500. (R$ 98.859 em dezembro de 2021).

20.3 Processos tributários e previdenciários

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia figura no polo passivo em 435 processos administrativos e judiciais de natureza tributária e previdenciária.

De maneira geral, os processos tributários e previdenciários estão relacionados, principalmente, a isenções de cobrança do ISS referente a demolições, multas aplicadas e discussões sobre a incidência de diversos tributos.

20.4 Processos judiciais não provisionados

A Companhia possui ações de natureza trabalhista, cível e tributária que não estão provisionadas, pois envolvem risco com probabilidade de perda classificada pela Administração e por seus assessores jurídicos como possível.

	31/12/2022	**31/12/2021**
Trabalhistas [a]	**429.931**	392.560
Cíveis [b]	**4.528.796**	3.994.492
Tributários e previdenciários	**88.768**	56.640
Total	**5.047.495**	4.443.692

[a] Os principais pleitos dos processos trabalhistas se referem a: equiparação salarial entre empregados, reintegração ao quadro de empregados, e base de cálculo das horas extras.

[b] Os dez maiores processos judiciais cíveis, não provisionados, tem como autor da ação as seguintes empresas: Andrade Gutierrez Engenharia S.A. (2 processos), Inepar S.A. Indústria e Construções, Corsan-Corviam Construccion S.A. do Brasil, Consórcio Metropolitano 5 (2 processos), Bombardier Transportation Brasil Ltda., Consórcio Via Amarela, Camargo Corrêa, Consórcio Linha Amarela e EDB Engenharia do Brasil Ltda. Esses processos possuem estimativa de perda no montante de R$ 2.954.340 e se referem principalmente a pleito de reequilíbrio econômico-financeiro de contratos firmados com a Companhia. Os demais processos no montante de R$ 1.574.456 estão distribuídos em diversas ações e compõem o saldo total classificado como perda possível.

Política contábil

A Companhia constitui provisão para processos judiciais com base em avaliações de probabilidades de perdas, considerando a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis e outras fontes que podem afetar a estimativa da carteira de processos. A Administração reconhece provisões nas demonstrações financeiras de forma consistente, quando a probabilidade de perda é considerada provável pelos seus assessores jurídicos.

As estimativas em relação à probabilidade de perda são revisadas periodicamente e os processos são atualizados mensalmente por indicadores financeiros aplicáveis, em contrapartida do resultado do período. A despesa de provisão com processos judiciais é demonstrada na Nota Explicativa nº 23, "gastos gerais".

21. Patrimônio líquido

21.1 Capital autorizado

A Companhia atua sob regime de capital social autorizado cujo montante, conforme retratado no Artigo 3º do Estatuto Social, é de R$ 52.674.522.

O Conselho de Administração pode deliberar o aumento do capital dentro do limite autorizado e uma vez consultado o Conselho Fiscal, conforme Artigo 14º, inciso XIII do Estatuto Social da Companhia.

21.2 Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e realizado é de R$ 45.690.396, composto por 8.463.427 ações ordinárias de classe única, nominativas, sem valor nominal e com direito a um voto cada (Em 31 de dezembro de 2021 o capital social subscrito e integralizado era de R$ 43.307.459 e era composto por 7.911.418 ações ordinárias). Em 31 de dezembro de 2022, o GESP realizou a integralização de capital no montante de R$ 2.382.937, composto por 552.009 ações ordinárias.

A composição do capital social é apresentada abaixo:

	31/12/2022		31/12/2021	
Acionista	**Quantidade - ON**	**%**	**Quantidade - ON**	**%**
Fazenda do Estado de São Paulo - FESP	**8.260.220**	**97,60%**	7.708.211	97,43%
Prefeitura do Município de São Paulo - PMSP	**202.032**	**2,39%**	202.032	2,56%
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	**1.171**	**0,01%**	1.171	0,01%
Outros - ações em tesouraria	**4**	**0,00%**	4	0,00%
Total	**8.463.427**	**100,00%**	7.911.418	100,00%

22. Receita operacional líquida

	31/12/2022	**31/12/2021**
Receita tarifária	**1.641.332**	1.215.958
Gratuidades (ressarcimento) [a]	**321.448**	188.022
Desenvolvimento imobiliário	**128.865**	91.447
Varejo	**71.003**	39.936
Mídia e publicidade	**52.466**	42.690
Outros negócios	**13.529**	13.150
Receita não tarifária	**265.863**	187.223
Receita operacional bruta	**2.228.643**	1.591.203
Impostos sobre a receita bruta [b]	**(64.264)**	(46.190)
Deduções e impostos	**(64.264)**	(46.190)
Receita operacional líquida	**2.164.379**	1.545.013

[a] Receita proveniente do transporte de passageiro com benefício de gratuidade, conforme políticas públicas implementadas.

[b] Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 inclui os montantes de R$ 38.330 e R$ 28.083 respectivamente, referente à Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - CPRB.

Política contábil

A receita operacional da Companhia compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal dos negócios, reconhecida na demonstração de resultados pela efetiva prestação dos serviços de transporte de passageiros e outros serviços adjacentes. A receita é reconhecida quando a obrigação de transportar ou prestar o serviço contratado (obrigação de desempenho) prometido para um cliente é satisfeita, que ocorre quando o cliente obtém o controle desse bem ou serviço, e é provável que benefícios econômicos fluam para a entidade.

Receita tarifária: são reconhecidas no momento da utilização do serviço pelo passageiro, ou seja, em momento específico. Os valores são calculados com base na classe de tarifa utilizada pelo usuário.

Receita não tarifária: a Companhia presta serviços adjacentes ao transporte metroviário, tais como, locação de espaços, ações de publicidade e desenvolvimento de empreendimentos imobiliários junto às estações metroviárias, além da prestação de outros serviços especializados e consultorias. As receitas estão baseadas em contratos assinados e são reconhecidas a medida em que são satisfeitas as obrigações de desempenho que podem ser em momento específico ou ao longo do tempo.

Receita com gratuidades: por meio de políticas públicas, a Companhia realiza o transporte de passageiros gratuitos e reconhece a receita com base na tarifa padrão, no momento em que o passageiro é transportado. As gratuidades são registradas em contrapartida ao contas a receber. Caso o ressarcimento seja antecipado, os valores são registrados como receita diferida e realizados com base na utilização.

23. Custos dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas

	31/12/2022	**31/12/2021**
Custos dos serviços prestados		
Pessoal	**(1.311.017)**	(1.225.407)
Materiais	**(72.540)**	(60.873)
Energia elétrica de tração	**(196.457)**	(153.507)
Serviços	**(132.347)**	(156.321)
Gastos gerais	**(2.187)**	(69.804)
Depreciação e amortização	**(707.195)**	(654.664)
	(2.421.743)	(2.320.576)
Despesas com vendas		
Pessoal	**(26.681)**	(23.299)
Serviços	**(661)**	(1.581)
Gastos gerais	**(49)**	(18.020)
Depreciação e amortização	**(6)**	(5)
	(27.397)	(42.905)
Despesas gerais e administrativas		
Pessoal	**(432.715)**	(297.684)
Materiais	**(2.059)**	(2.381)
Serviços	**(153.395)**	(90.948)
Gastos gerais [a]	**(375.488)**	(127.473)
Depreciação e amortização	**(33.956)**	(23.185)
	(997.613)	(541.671)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		
Receitas com a prestação de outros serviços	**25.036**	14.545
Multas contratuais	**5.981**	4.370
Resultado na alienação de ativos	**124.328**	137.847
Créditos convênio CBTU	**3.874**	3.874
Baixas de imobilizados e intangível	**(141)**	(57.800)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas [b]	**(14.793)**	506.027
	144.285	608.863
	(3.302.468)	(2.296.289)

[a] No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os principais processos provisionados foram movidos pela Construcap, CVA e Consórcio BTT, enquanto no período comparativo, foi revertida a provisão para perda do processo judicial do Boulevard São Bento. O montante total referente a provisões para processos judiciais é de R$ 165.346, (sendo que em 31 de dezembro de 2021 houve reversão líquida de R$ 53.526).

[b] No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconheceu R$ 559.170 a título de subvenção econômica recebida do GESP, em decorrência dos impactos da pandemia da COVID-19, não recorrente no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

O Relatório Integrado 2022 da Companhia do Metrô encontra-se disponível em: **http://www.metro.sp.gov.br/metro/institucional/pdf/relatorio-integrado-2022.pdf**

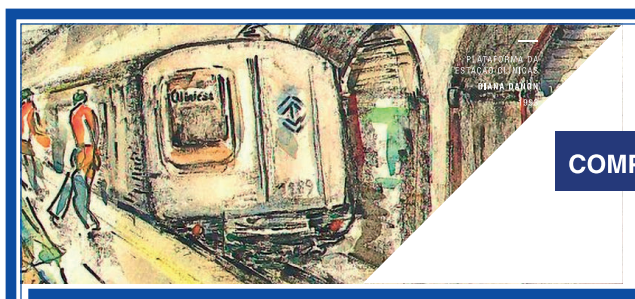
continua

Assinado por EMPRESA FOLHA DA MANHA S A:60579703000148 em 11/04/2023 14:55:10 com o número de série 61853EF56F3FC8EF.

ITI Instituto Nacional de Tecnologia da Informação

http://publicidadelegal.folha.uol.com.br/documento/25675

ICP Brasil



COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO — METRÔ

CNPJ nº 62.070.362/0001-06

Secretaria dos Transportes Metropolitanos — SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Resultado financeiro, líquido

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	**24.345**	3.595
Juros ativos	**1.390**	4.106
Descontos obtidos	**8.668**	8.057
Ajuste a valor presente	**120**	(746)
	34.523	15.012
Despesas financeiras		
Despesas com juros e custo com emissão de dívidas [a]	**(63.902)**	(2.156)
Despesas com juros atuariais	**(5.638)**	(15.861)
Outras despesas financeiras	**(1.756)**	(496)
	(71.296)	(18.513)
Variações monetárias e cambiais		
Variações monetárias líquidas	**7.458**	(4.895)
Variações cambiais líquidas	**257**	267
	7.715	(4.628)
Resultado financeiro líquido	**(29.058)**	(8.129)

[a] Do montante de (R$ 63.902), em 31 de dezembro de 2022, os montantes de (R$ 46.707) e (R$ 1.203) se referem respectivamente aos juros incorridos e aos custos de emissão das debêntures da Companhia, conforme nota explicativa nº 14.

25. Imposto de renda e contribuição social

25.1 Imposto de renda e contribuição social correntes

A Companhia não apresenta a conciliação da alíquota efetiva do imposto de renda e da contribuição social devido à ausência de valores registrados no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

25.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não reconheceu o Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre prejuízos fiscais ou diferenças temporárias sobre o resultado, uma vez que não estima projeção de lucros tributáveis futuros.

As alíquotas nominais definidas atualmente pela legislação tributária vigente para determinação dos tributos diferidos são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

A composição do prejuízo fiscal e da base negativa da contribuição social, estão abaixo apresentados:

	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízos fiscais	**6.229.743**	5.553.636
Base negativa da contribuição social	**5.857.441**	5.204.917

Política contábil

i) Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são apurados em bases corrente e diferida. Estes tributos são calculados com base nas leis tributárias, vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras no Brasil, onde a Companhia atua, e reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando se referem a itens registrados no patrimônio líquido.

Imposto de renda e contribuição social correntes: Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o resultado corrente, a Companhia adotou e aplicou as disposições contidas na Lei nº 12.973/14 a partir do exercício de 2015. A referida lei revogou o Regime Tributário de Transição (RTT).

O Imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável aplicando-se alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

ii) Imposto de renda e contribuição social diferido

O Imposto de renda e contribuição social diferidos são mensurados usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data das demonstrações financeiras, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

26. Resultado por ação

26.1 Básico

O resultado por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo as ações ordinárias recompradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo atribuível aos acionistas	**(1.167.147)**	(759.405)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias no exercício	**8.463**	7.911
Quantidade média ponderada de ações em tesouraria	**0,004**	0,004
Quantidade média ponderada de ações em circulação	**8.463**	7.911
Prejuízo básico por ação ordinária (Em R$)	**(137,90)**	(95,99)

A Companhia não possui ações ou instrumentos conversíveis em ações que poderiam resultar na diluição do lucro por ação.

27. Instrumentos financeiros e fatores de risco

27.1 Classificação e mensuração

A classificação dos instrumentos financeiros da Companhia é apresentada a seguir:

	Mensurados a valor justo por meio do resultado		Mensurados a valor justo em outros resultados abrangentes		Custo amortizado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	**362.566**	197.483	**–**	–	**–**	–
Títulos e valores mobiliários [a]	**–**	–	**5.825**	6.081	**–**	–
Contas a receber	**–**	–	**–**	–	**157.585**	205.245
Outros ativos	**–**	–	**–**	–	**57.175**	29.077
Caixa restrito	**27.567**	–	**–**	–	**–**	–
	390.133	197.483	**5.825**	6.081	**214.760**	234.322
Passivo						
Fornecedores	**–**	–	**–**	–	**473.132**	327.816
Debêntures	**–**	–	**–**	–	**404.937**	–
Partes relacionadas	**–**	–	**–**	–	**246.853**	316.489
Outras contas e despesas a pagar	**–**	–	**–**	–	**8.549**	7.452
Total	**–**	–	**–**	–	**1.133.471**	651.757

[a] Refere-se a ações de companhias de capital aberto e fechado.

Política contábil

Os instrumentos financeiros inicialmente são registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria "ao valor justo por meio do resultado", onde tais custos são diretamente lançados na rubrica de resultados financeiros.

Ativos e passivos financeiros poderão ser compensados e o valor líquido residual, se houver reportado no balanço patrimonial na posição final de direito ou obrigação.

Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: i) ao valor justo por meio do resultado, ii) custo amortizado e iii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende do modelo de negócio para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

i) Valor justo por meio do resultado: é composto por ativos financeiros e aplicações financeiras. Quaisquer alterações são reconhecidas na demonstração do resultado em "receitas financeiras" ou "despesas financeiras", dependendo do resultado.

ii) Custo amortizado: é composto pelos ativos financeiros mantidos no modelo de negócio para: (a) receber o fluxo de caixa contratual e; e (b) cujos termos contratuais originam, em datas específicas, somente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto ("SPPJ").

iii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: é composto por títulos patrimoniais, com as seguintes características: (i) a Companhia planeja deter o ativo financeiro de forma a coletar os fluxos de caixa previstos contratualmente e vender o ativo.

Além disso, a Companhia registra provisão para perdas de seus ativos financeiros, quando aplicável, mantendo assim a posição financeira líquida.

27.2 Gestão de riscos financeiros

A Administração da Companhia está voltada para a sustentabilidade de seu equilíbrio econômico-financeiro. Neste sentido, as atividades do Metrô o expõem aos seguintes fatores de riscos: políticas públicas de preços tarifários, de outros índices macroeconômicos, riscos de crédito e de liquidez, os quais introduzem certo grau de incerteza sobre a geração sustentável de caixa e de resultados da Companhia. Para gerenciar esta volatilidade, ocasionada por fatores externos, o Metrô dispõe de políticas e procedimentos para a gestão de riscos financeiros.

O processo de gestão de riscos compreende as seguintes etapas: i) identificação dos fatores de riscos e da exposição do valor dos ativos, fluxos de caixa e resultado da Companhia aos riscos de mercado; ii) mensuração e comunicação do risco mensurado; iii) avaliação e definição de estratégias para o gerenciamento dos riscos de mercado; e iv) implementação e acompanhamento da performance das estratégias.

Os principais fatores de riscos financeiros considerados pela Administração são:

- Risco de liquidez;
- Risco de crédito;
- Risco de taxa de câmbio;
- Risco de taxa de juros;
- Risco de preços tarifários;

27.3 Risco de liquidez

A Companhia tem sua previsão de fluxo de caixa realizada pela Administração, a qual monitora as previsões contínuas de exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para fazer frente às necessidades operacionais e as suas obrigações.

Dada sua gestão de estrutura de capital, a Companhia substancialmente opera com o capital de giro próprio para suas atividades operacionais e para investimentos estruturais é suportada, essencialmente, via aporte de capital de seus acionistas.

Avaliação de Rating

Em 25 de fevereiro de 2022, a Moody´s Local atribuiu o Rating 'AA-.br' à 2ª emissão de debêntures do Metrô de São Paulo, com garantia real em série única, com perspectiva de estável.

As ações mantidas a valor justo por meio de outros resultados abrangentes são de nível 1.

27.4 Risco de crédito

O risco de crédito é inerente às atividades operacionais e financeiras da Companhia, presente principalmente no contas a receber.

Os limites de crédito são estabelecidos com base em critérios internos de classificação e os valores contábeis representam a exposição máxima do risco de crédito.

Os recebíveis do GESP são avaliados individualmente e os valores contábeis correspondem à expectativa de realização sob a perspectiva da Companhia.

Os ativos classificados como caixa e equivalentes de caixa concentram-se em instituições financeiras de primeira linha classificadas como *high grade* pelas principais agências de classificação de risco. Por decisão estratégica do GESP, os recursos financeiros do Sistema Integrado de Administração Financeira de Estados e Municípios - SIAFEM, incluindo o saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia, são gerenciados pelo Banco do Brasil, que possui classificação BB- concedida pelas agências Fitch Ratings e Standard & Poor's, BB+ concedida pela Moody's.

27.5 Risco de taxas de câmbio

A Companhia, eventualmente, no curso natural de seus negócios pode contratar serviços e comprar materiais e equipamentos de fornecedores estrangeiros através de seus processos de licitação, substancialmente ligados aos programas de investimentos em novas linhas metroviárias, sistemas e frota de trens, ficando desta forma exposta a oscilações cambiais quando do câmbio da data de compra até a efetiva data de liquidação das obrigações. A Companhia possui exposição cambial somente para fornecedores em moeda estrangeira, conforme nota explicativa nº13, sujeitos à variação do dólar norte-americano. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia adotou a taxa de câmbio de R$5,5805/ US$1,00, correspondente à taxa de fechamento do mês divulgada pelo Banco Central do Brasil como cenário provável.

O quadro a seguir demonstra a análise de sensibilidade e o possível efeito no resultado da oscilação do câmbio no valor exposto em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2022:

Risco	Aumento da taxa de câmbio
Taxas de câmbio referencial	**5,5805**
Fornecedores internacionais	**8.806**
Valores expostos [a]	**1.578**
Cenário favorável (-50%)	4.403
Cenário favorável (-25%)	6.605
Cenário adverso (+50%)	13.209
Cenário adverso (+25%)	11.008

[a] Refere-se ao saldo, em dólares americanos (US$), de obrigações com fornecedores internacionais.

27.6 Risco de taxas de juros

As oscilações das taxas de juros podem implicar em efeitos de aumento ou redução do custo sobre os novos financiamentos e operações já contratadas, bem como incremento de despesas financeiras aplicadas sobre obrigações liquidadas fora do prazo contratual.

A Companhia possui empréstimos e financiamentos contratados na data das demonstrações financeiras, conforme nota explicativa n°14, e portanto, está exposta a risco de taxa de juros de forma significativa. Os valores abaixo demonstram os impactos nos resultados de acordo com o cenário aplicado:

Risco	Taxas referenciais	Aumento da taxa CDI
Valores expostos [a]	**13,65%**	**(216.927)**
Cenário favorável (-50%)	6,825%	14.805
Cenário favorável (-25%)	10,238%	7.403
Cenário adverso (+50%)	20,475%	(14.805)
Cenário adverso (+25%)	17,063%	(7.403)

[a] Refere-se a soma de aplicação de atividades de custeio e caixa restrito, líquidos de passivo oneroso.

27.7 Risco de preços tarifários

A Companhia está exposta a preços tarifários de operação fixados por política pública de preços de passagens dos transportes de passageiros aplicada na Região Metropolitana de São Paulo pela STM, ligada ao GESP.

Com a finalidade de mitigar estes efeitos, a Companhia trabalha de forma integrada junto à STM para formular estudos de viabilidade econômica e aplicação de ajustes tarifários, quando aplicáveis, aos preços das tarifas de forma a buscar o equilíbrio, tanto da parte da Companhia quanto para a sociedade, porém não é possível garantir que o preço da tarifa sempre se manterá em patamares benéficos para o resultado do Metrô.

27.8 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros derivativos.

27.9 Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é de assegurar a sua liquidez, índices de cobertura adequados e mitigar riscos que possam impactar a disponibilidade de capital aplicado no curso normal dos negócios.

A Companhia monitora de forma constante indicadores relevantes como: i) índice de limite máximo de endividamento, expresso pelo limite de representatividade de até 1% do total do passivo oneroso sobre o total de ativos da Companhia, conforme disposto em instrumento normativo interno; ii) índice de cobertura, evidencia o quanto das entradas de caixa representam das obrigações da Companhia de forma tempestiva.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui passivo oneroso de R$ 404.937, conforme nota explicativa n°14, para fins de apuração do índice de endividamento. O índice de cobertura apurado é de 83,9% no período findo em 31 de dezembro de 2022 (67,8% em 31 de dezembro de 2021).

27.10 Garantias

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui garantias reais vinculadas as operações de contas a receber referente a operações de arrendamento, locações de espaços, outras receitas adjacentes e a contratos com fornecedores no montante de R$ 5.132 (R$ 3.457 em 31 de dezembro de 2021).

A Companhia possui apólice de seguro fiança com o objetivo de oferecer garantias a processos judiciais, conforme demonstrado na nota explicativa n° 28 - Cobertura de Seguros. Em 31 de dezembro de 2022, o montante de garantias oferecidas sob a cobertura da apólice é de R$ 144.655.

28. Cobertura de seguros (não auditado)

O Metrô mantém apólices de seguros contratados junto às principais seguradoras do país definidas por licitação que levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui cobertura de seguros para cobrir possíveis riscos de perda material por incêndio, responsabilidade civil e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado, passageiros e construções, por valores considerados suficientes pela Administração.

	31/12/2022	31/12/2021
Limite máximo de indenizações		
Ativos materiais	**1.206.188**	1.180.228
Seguro garantia judicial	**200.000**	400.000
Seguro de responsabilidade civil - geral	**93.500**	98.500
Seguro garantia compra de energia	**104.015**	104.015
Seguro de responsabilidade civil - administradores	**30.000**	30.000
Riscos diversos	**18.342**	3.212
Total	**1.652.045**	1.815.955

29. Eventos subsequentes

A 2ª emissão pública de debêntures no montante de R$400.000 emitidas em 26 de abril de 2022 possui, dentre as cláusulas de vencimento antecipado não automático, a previsão da obtenção do registro de companhia aberta categoria "B" perante a CVM, no prazo de 6 (seis) meses contados da data de emissão. Embora o prazo limite para a obtenção do registro junto à CVM teve seu vencimento em 25 de outubro de 2022, o deferimento do pedido ocorreu em 06 de janeiro de 2023 por meio do Ofício-RIC nº 2/2023/CVM/SEP. Dessa forma, a Companhia convocou Assembleia Geral de Debenturistas para a deliberação sobre a não decretação de vencimento não automático das Debêntures, ocorrida em 14 de fevereiro de 2023. O pleito da Companhia foi aprovado pelos debenturistas, mediante pagamento de "*waiver fee*" equivalente a 0,5% sobre o montante total emitido de R$400.000. Sendo assim, o prazo original de liquidação da obrigação manteve-se inalterado.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente - Osvaldo Garcia

Membros:

Almino Monteiro Álvares Affonso
Gilberto Magalhães Occhi
Gilsa Eva de Souza Costa
Marcelo Diniz de Paula Rocha
José Umberto Pereira
Luis Felipe Vidal Arellano
Ruy Martins Altenfelder da Silva
Torquato Lorena Jardim
Wagner Fajardo Pereira

DIRETORIA EXECUTIVA

Paulo Menezes Figueiredo
Diretor Presidente interino e Diretor de Finanças e de Relações com Investidores

Alfredo Falchi Neto
Diretor de Assuntos Corporativos

Cláudio Roberto Ferreira
Diretor Comercial

Paulo Sérgio Amalfi Meca
Diretor de Engenharia e Planejamento

Milton Gioia Júnior
Diretor de Operações

Mônica Gomide Mendes Eher
Gerente de Controladoria

Wilson Bandeira de Moura
Contador - CRC 1SP-223.198/O-1

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ**, dentro de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame das Demonstrações Financeiras, do Relatório da Administração e da proposta de destinação dos resultados, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhado do Relatório dos Auditores Independentes - MAZARS Auditores Independentes SS, sem ressalvas, e o Conselho Fiscal, por unanimidade, à vista das verificações realizadas ao longo de todo o exercício social, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ, e reúnem condições de serem submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas da empresa.

São Paulo, 17 de março de 2023

Adolfo Cascudo Rodrigues
Conselheiro fiscal

Cláudia Maria M. De Almeida Pedrozo
Conselheira fiscal

Humberto Macedo Puccinelli
Conselheiro fiscal

Tomás Bruginski de Paula
Conselheiro fiscal

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO - 2022

1. APRESENTAÇÃO

O Comitê de Auditoria Estatutário (Comitê ou CAE) da Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô (METRÔ ou Companhia) foi implementado na Reunião do Conselho de Administração de 29 de junho de 2018, e é órgão estatutário técnico de auxílio permanente do Conselho de Administração da Companhia, regido pela Lei nº 13.303/2016, Estatuto Social e Regimento Interno.

Atualmente, o CAE é composto por quatro membros independentes: Marcelo Diniz de Paula Rocha, Conselheiro de Administração independente e Coordenador do CAE, sendo o especialista financeiro e de contabilidade societária, conforme previsto na legislação brasileira, além de Alexandre Akio Motonaga, Savério Orlandi e Silverio Crestana, sendo que todos atendem aos critérios de independência estabelecidos no artigo 22, § 1º, da Lei nº 13.303/2016, no § 2º do artigo 31-C da Resolução CVM nº 23/2021, bem como aos critérios de independência exigidos pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC.

O Comitê reporta-se ao Conselho de Administração e atua com autonomia e independência no exercício de suas funções, funcionando como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento, sem poder decisório ou atribuições executivas. No cumprimento de suas responsabilidades descritas em seu Regimento Interno, os membros do CAE não estão desempenhando as funções de auditores ou contadores.

Ao Comitê compete, principalmente: (i) zelar pela qualidade, transparência e integridade das demonstrações financeiras; (ii) supervisionar a atuação, independência e qualidade dos trabalhos da auditoria interna e externa; (iii) zelar pelo padrão dos processos de controles internos e de avaliação de riscos; e (iv) zelar pelo Código de Conduta e Integridade.

Toda a análise e manifestação do Comitê baseia-se nas informações recebidas da Administração, dos Auditores Independentes, da Auditoria Interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de sua atuação de supervisão e monitoramento.

2. ATIVIDADES REALIZADAS NO PERÍODO

No período de 24 de março de 2022 (primeira reunião do CAE após a apreciação das Demonstrações Financeiras de 2021) até 10 de março de 2023, o Comitê realizou 29 reuniões, em sua maioria presencial, que envolveram Diretores, Gerentes e outros colaboradores da Companhia, além de eventuais convidados externos e prestadores de serviços. Destaca-se que foram realizadas 04 reuniões que contaram com a participação dos membros do Conselho Fiscal e representantes dos Auditores Independentes.

As principais atividades desempenhadas pelo Comitê foram:

- ✓ Revisão, aprovação, supervisão do Plano Anual de Trabalho da Auditoria Interna - PAINT e análise dos relatórios das atividades realizadas, inclusive as realizadas no instituto de previdência que a Companhia é patrocinadora;
- ✓ Avaliação dos parâmetros em que se fundamentaram os cálculos atuariais dos Planos de Benefícios I e II da Previdência Suplementar mantidos pelo METRUS - Instituto de Seguridade Social e os respectivos resultados atuariais dos planos;
- ✓ Acompanhamento das Demonstrações Financeiras e ajustes contábeis;

O Relatório Integrado 2022 da Companhia do Metrô encontra-se disponível em: **http://www.metro.sp.gov.br/metro/institucional/pdf/relatorio-integrado-2022.pdf**

continua

Assinado por EMPRESA FOLHA DA MANHA S A:60579703000148 em 11/04/2023 14:55:10 com o número de série 61853EF56F3FC8EF.

ITI Instituto Nacional de Tecnologia da Informação

http://publicidadelegal.folha.uol.com.br/documento/25675

ICP Brasil

COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO | METRÔ

CNPJ nº 62.070.362/0001-06

Secretaria dos Transportes Metropolitanos | SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

continuação

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO - 2022

- ✓ Revisão das Informações Trimestrais - ITRs e das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31.12.2022;
- ✓ Monitoramento das provisões e contingências judiciais;
- ✓ Discussão com Auditoria Interna, Gerência de Gestão de Riscos Corporativos e Conformidade e Auditoria Independente sobre a Carta de Controles Internos;
- ✓ Conhecimento e acompanhamento do planejamento da Auditoria Independente sobre as demonstrações contábeis;
- ✓ Acompanhamento das Ações do Sistema Bilhete Único e Apresentação sobre o funcionamento do novo sistema de bilhetagem - SBA incluindo o histórico da adesão e funcionamento da ABASP - Associação de Apoio e Estudo da Bilhetagem e Arrecadação nos Serviços Público de Transporte Coletivo de Passageiros;
- ✓ Acompanhamento trimestral das atividades da área de Conformidade, Gestão de Riscos e Controle Interno previstas em plano anual, incluindo o desenvolvimento do Plano Anual de Riscos Corporativos, do Mapa de Riscos Corporativos, e a evolução dos planos mitigatórios dos riscos corporativos e de riscos cibernéticos;
- ✓ Acompanhamento das averiguações e das denúncias recebidas via Canal de Denúncias e incluindo reuniões com o Comitê de Ética e Ouvidoria, bem como as ações relativas à campanha de conscientização sobre o Código de Conduta e Integridade e respectivo treinamento;
- ✓ Conhecimento da Análise de Atendimento a Metas e Resultados na Execução do Plano de Negócios 2022 e o Plano de Negócios 2023, e iniciação quanto às ações da Companhia baseadas no conceito ASGI (Ambiental, Social, Governança e Integridade);
- ✓ Conhecimento a respeito de como o METRÔ tem atuado para tirar lições da gestão da pandemia, tendo em vista o futuro da mobilidade.

Além disso, o Comitê, mediante informações das diversas áreas, acompanhou: i) assuntos contábeis, dentre eles a revisão da vida útil do ativo imobilizado, o teste de impairment, a revisão da PDD, a provisão para processos judiciais, e principais ações da Companhia para fins de viabilizar a avaliação e monitoramento da adequação das transações com partes relacionadas; ii) o fluxo de caixa e evolução da demanda de passageiros transportados a fim de acompanhar os impactos econômico-financeiros da pandemia COVID-19 na Companhia; iii) implantação de ações da Política de Proteção de Dados Pessoais e cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei nº 13.709/2018) pela Companhia.

3. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS E GESTÃO DE RISCOS CORPORATIVOS E DAS AUDITORIAS INDEPENDENTES E INTERNA

A avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos e riscos corporativos está em permanente processo de evolução visando o aperfeiçoamento dos controles internos pela Administração do Metrô, de modo a conferir segurança e efetividade das informações contábeis com aderência às regras e a integridade e precisão das informações.

O Comitê acompanhou as atividades realizadas pela Auditoria Interna bem como pela área de Gestão de Riscos Corporativos e Conformidade, convidando os responsáveis a participar de reuniões específicas do CAE, além de interlocução direta com o Coordenador, quando necessário. Igualmente, o Comitê supervisionou as atividades da Auditoria Independente, por meio da realização de reuniões, análise e revisão dos relatórios emitidos.

O Comitê mantém comunicação com os auditores internos e independentes - Mazars Auditores Independentes SS, promovendo discussão dos resultados de seus trabalhos, de aspectos contábeis, da metodologia aplicada e de controles internos relevantes. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos Auditores Independentes e/ou a autonomia dos Auditores Internos.

4. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração é responsável pela definição e implantação de sistemas de informações que produzam as demonstrações financeiras do Metrô, em observância à legislação societária e práticas contábeis.

As demonstrações contábeis trimestrais e anual do exercício social de 2022 - abordando as principais práticas contábeis adotadas, as estimativas contábeis efetuadas, bem como as apresentações da situação patrimonial e financeira, dos resultados financeiros, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados e das notas explicativas às demonstrações contábeis - envolveram, além da Auditoria Independente, também as seguintes áreas: Jurídico, Controladoria, Conformidade (Controles Internos) e Auditoria Interna, conforme reuniões realizadas com o Comitê.

Ao final, foi discutido com os Auditores Independentes os resultados dos trabalhos e as suas conclusões sobre a auditoria das referidas demonstrações financeiras, cuja opinião se apresenta sem ressalva. Os principais pontos discutidos também se relacionam com as práticas contábeis adotadas, e, ainda, com recomendação e demais apontamentos nos relatórios de controles internos e apresentação das demonstrações financeiras.

O CAE verificou que as demonstrações financeiras estão apropriadas em relação às práticas contábeis e à legislação societária brasileira, considerados os assuntos enfatizados no Relatório dos Auditores Independentes.

5. RECOMENDAÇÕES PARA MELHORIAS NOS PROCESSOS DE NEGÓCIOS

As reuniões contaram com a participação dos gestores das áreas relacionadas da Companhia, tendo sido prestadas diversas informações e esclarecimentos que resultaram solicitações/demandas, orientações, sugestões e recomendações que são evidenciadas nas atas e são acompanhadas no decorrer das reuniões, conforme prazos pactuados. O acompanhamento do atendimento às orientações feitas pelo CAE é feito regularmente, com registro nas atas de reuniões.

6. PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES E SOLICITAÇÕES AOS GESTORES

O Comitê de Auditoria Estatutário efetuou diversas recomendações de aperfeiçoamento de processos de gestão e de controles, assim como demandou diversas ações dos gestores, para esclarecimentos, complementos e eventuais retificações de informações apresentadas nas reuniões realizadas nesse período.

7. CONCLUSÕES

Considerando os trabalhos conduzidos pelo CAE, anteriormente aqui descritos de forma sumarizada, e ponderando as limitações decorrentes do escopo de sua atuação, baseado em todos os assuntos e documentos que lhe foram dados a conhecer incluindo o relatório dos auditores independentes, Mazars Auditores Independentes, sem ressalva, e nas análises efetuadas nas Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas relativas ao exercício social em questão, o Comitê julga e recomenda ao Conselho de Administração que aprecie e aprove o conjunto das Demonstrações Financeiras encerradas em 31.12.2022.

São Paulo, 10 de março de 2023

Marcelo Diniz de Paula Rocha
Coordenador do Comitê de Auditoria

Alexandre Akio Motonaga
Membro

Savério Orlandi
Membro

Silverio Crestana
Membro

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaro, na qualidade de Diretor da Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô, empresa pública com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Boa Vista, nº 175, CEP 01014-920, inscrita no CNPJ/MF sob nº 62.070.362/0001-06, que juntamente com os demais membros da Diretoria Executiva da Companhia revi, discuti e concordei com as demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

São Paulo, 17 de março de 2023

Paulo Menezes Figueiredo
Diretor Presidente interino e Diretor de Finanças e de Relações com Investidores

Alfredo Falchi Neto
Diretor de Assuntos Corporativos

Cláudio Roberto Ferreira
Diretor Comercial

Paulo Sérgio Amalfi Meca
Diretor de Engenharia e Planejamento

Milton Gioia Júnior
Diretor de Operações

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DO AUDITOR INDEPENDENTE

Declaro, na qualidade de Diretor da Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô, empresa pública com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Boa Vista, nº 175, CEP 01014-920, inscrita no CNPJ/MF sob nº 62.070.362/0001-06, que juntamente com os demais membros da Diretoria Executiva da Companhia revi, discuti e concordei com a opinião expressada no relatório dos auditores independentes, referente as demonstrações financeiras sobre o exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

São Paulo, 17 de março de 2023

Paulo Menezes Figueiredo
Diretor Presidente interino e Diretor de Finanças e de Relações com Investidores

Alfredo Falchi Neto
Diretor de Assuntos Corporativos

Cláudio Roberto Ferreira
Diretor Comercial

Paulo Sérgio Amalfi Meca
Diretor de Engenharia e Planejamento

Milton Gioia Júnior
Diretor de Operações

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, assim como o resumo das principais práticas financeiras e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria (PAA)

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A seguir, descrevemos os principais assuntos de auditoria:

Reconhecimento de receita

Conforme descrito na nota explicativa nº 22 às demonstrações financeiras, a receita de contratos com clientes é reconhecida quando uma obrigação de desempenho é satisfeita pela transferência de um bem ou serviço prometido para um cliente, que ocorre quando o cliente obtém o controle desse bem ou serviço, e é provável que benefícios econômicos fluam para a entidade.

Adicionalmente, a receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços de acordo com Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato de Cliente (IFRS 15).

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

(i) os valores de receitas de serviços representam um saldo relevante no conjunto das demonstrações financeiras da Companhia; e (ii) há um risco inerente de que a receita seja reconhecida sem que sejam atendidos os critérios mínimos necessários para o seu reconhecimento.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações financeiras

Nossos procedimentos incluíram, entre outros:

(i) o envolvimento dos nossos especialistas em tecnologia da informação para entendimento dos controles internos relacionados ao ambiente sistêmico, bem como a realização de testes específicos relacionados à segurança de acesso, à gestão de mudanças em sistemas e ao monitoramento de rotinas de processamento para os principais sistemas, aplicativos e seus respectivos bancos de dados;

(ii) obtenção de entendimento sobre o fluxo de prestação de serviços;

(iii) a identificação das atividades de controles internos relevantes determinados pela Administração e a avaliação do desenho, da implementação e do teste de efetividade, quando aplicável, dessas atividades de controles;

(iv) reconciliação de relatórios auxiliares com os saldos contábeis;

(v) Confirmação da receita tarifária de acordo com os repasses recebidos; e

(vi) avaliação das divulgações efetuadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para o reconhecimento de receita de serviços, assim como divulgações em notas explicativas, são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Avaliação do valor recuperável dos ativos

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Conforme descrito na Nota Explicativa no "10.2 - Avaliação anual de valor não recuperável de ativo *(impairment)*", a Companhia realizou teste de recuperabilidade do ativo no exercício de 2022, sobre seus ativos imobilizados, que possuem montante líquido de R$ 37.702.973 em 31 de dezembro de 2022. Esse tema foi considerado como uma área crítica devido aos impactos remanescentes da pandemia, tendo em vista que as estimativas e projeções presentes na avaliação do valor recuperável são intrinsecamente sujeitas a incertezas e diversos eventos ou fatores que estão além do controle da administração, especialmente aqueles cuja ocorrência depende de eventos futuros e incertos, que podem trazer impactos significativos na elaboração das demonstrações financeiras.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações financeiras

Com o auxílio de nossos especialistas internos em avaliação econômico-financeira procedemos com os seguintes testes durante nossos procedimentos de auditoria:

(i) revisamos a metodologia adotada para elaboração do estudo e avaliamos se os dados considerados no estudo eram as melhores informações disponíveis e se foram consideradas sobre as práticas de mercado observáveis;

(ii) revisamos e desafiamos as principais premissas utilizadas pela administração, considerando o ambiente econômico geral, incluindo os impactos causados pela pandemia nos negócios e no planejamento da Companhia, avaliamos também as expectativas dos analistas, as premissas utilizadas no estudo anterior e seu desempenho quando comparadas com o resultado efetivamente obtido com as informações históricas utilizadas; e

(iii) envolvemos os nossos especialistas de modelagem econômica para avaliar o risco associado com o fluxo de caixa e seu efeito relacionado à taxa de desconto, objetivando analisar a razoabilidade da taxa de desconto aplicada sobre os fluxos de caixa do modelo preparados pela Companhia, levando em conta seu cálculo matemático e a utilização de melhores premissas para cálculo da taxa.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas que suportaram nossos procedimentos de auditoria, consideramos que a avaliação do valor recuperável, elaborada pela administração da Companhia, está adequada no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

Ênfase

Delação premiada de ex-diretor da Companhia

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1.1, "Denúncias envolvendo o Metrô - Cartel do setor Metroferroviário e Empreiteiras (Operação Lava Jato)", às demonstrações financeiras anuais, que apresentam informações atualizadas sobre as principais causas envolvendo a Companhia, bem como sobre a delação premiada de ex-diretor da Companhia celebrada com o Ministério Público Federal. Com base no estágio atual das causas judiciais e baseado no conhecimento dos assuntos pela Companhia, nenhuma provisão foi constituída nas demonstrações financeiras por não haver até o momento um processo formal pelo judiciário. Nossa opinião não está modificada em relação a esse tema.

Incerteza relevante sobre a continuidade operacional da Companhia

Conforme descrito nas Notas explicativas nº 1 e 27 às demonstrações financeiras, a Companhia incorreu no prejuízo de R$ 1.167.147 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Naquela data, o passivo circulante da Companhia, desconsiderando os ativos mantidos para venda, excedeu o ativo circulante em R$ 434.861, causado, principalmente, pelo registro no passivo circulante de fornecedores, adiantamento de clientes e remunerações e encargos a pagar no montante de R$ 1.090.316. Esses eventos e condições juntamente com outros assuntos descritos e mencionados nas notas explicativas de nº 1 e 27, podem indicar, em 31 de dezembro de 2022, a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

Adicionalmente, mesma com o fim da pandemia, a demanda de transporte continua a nível inferiores ao apresentado pré-pandemia e continua a impactar na geração de receitas e caixa no curto prazo. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros financeiras, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

Relatório da Administração

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Relatório Integrado

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório Integrado.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório Integrado e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório Integrado e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato.

Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (*IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época da auditoria dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 17 de março de 2023

mazars

Mazars Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP023701/O-8

Cleber de Araujo
Contador CRC 1SP213655/O-8

O Relatório Integrado 2022 da Companhia do Metrô encontra-se disponível em: **http://www.metro.sp.gov.br/metro/institucional/pdf/relatorio-integrado-2022.pdf**

Assinado por EMPRESA FOLHA DA MANHA S A:60579703000148 em 11/04/2023 14:55:10 com o número de série 61853EF56F3FC8EF.

ITI Instituto Nacional de Tecnologia da Informação

http://publicidadelegal.folha.uol.com.br/documento/25675

ICP Brasil